

2º CICLO

Linguística

Análise de autoria em contexto forense: um estudo de caso

Ana Lisa Costa Oliveira

M

2019



Ana Lisa Costa Oliveira

Análise de autoria em contexto forense: um estudo de caso

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Linguística, orientada pelo Professor Doutor
Rui Manuel Sousa-Silva

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

novembro de 2019

Análise de autoria em contexto forense: um estudo de caso

Ana Lisa Costa Oliveira

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Linguística, orientada pelo Professor Doutor
Rui Manuel Sousa-Silva

Membros do Júri

Professora Doutora Maria Fátima Oliveira
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professora Doutora Maria Alexandra Guedes Pinto
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Professor Doutor Rui Manuel Sousa Silva
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 14 valores

*A Deus, que, como sempre,
me guia pelo caminho correto.*

Índice

1.	Introdução-----	14
2.	A Linguística e a sua utilização em contextos forenses-----	17
2.1	Linguística Forense-----	18
2.2	Análise de autoria- breve referência histórica e conceito-----	22
2.2.1.	Análise de autoria em contexto forense-----	23
2.3	Estilo e estilística no âmbito das ciências forenses-----	26
2.3.1.	Marcadores estilísticos-----	30
2.4	Conceito de variação-----	32
2.5	Importância do conceito de idioleto e de estilo idioletal-----	32
2.6	Problemas / limitações da análise de autoria forense-----	35
2.7	A linguística forense no contexto português-----	36
3.	Metodologia-----	39
3.1	Introdução-----	39
3.2	O caso do texto <i>Momentos de Lucidez</i> -----	39
3.3	Descrição da investigação-----	40
3.4	Análise qualitativa e análise quantitativa-----	42
4.	Análise e resultados-----	44
4.1	Os textos de autoria conhecida-----	44
4.1.1	Estatísticas de texto-----	44
4.1.2.	Macroestrutura-----	45
4.1.3.	Utilização de advérbios terminados em <i>-mente</i> -----	47
4.1.4.	Sintaxe verbal-----	48
4.1.5.	Utilização de modificador apositivo do nome-----	52
4.1.6.	Adjetivação-----	53
4.1.7.	Erros ortográficos e “gralhas”-----	56
4.1.8.	Numeração-----	56
4.1.9.	Pontuação-----	57
4.1.10.	Partícula “que” enquanto conjunção substantiva completiva ou enquanto pronome relativo-----	59
4.1.11.	Utilização de orações parentéticas-----	61
4.1.12.	Utilização de estrangeirismos-----	61
4.2.	Texto de autoria desconhecida-----	62
4.3	Discussão dos resultados-----	65
5.	Conclusão e hipóteses de trabalho futuro-----	72
	Referências-----	74
	Anexos	

Declaração de honra

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, 2019

Ana Lisa da Costa Oliveira

Agradecimentos

A todos os que, de alguma forma, me ajudaram e encorajaram durante esta investigação, os meus reconhecidos agradecimentos:

Em primeiro lugar, a Deus, por sempre me ter guiado no caminho que Ele escolheu para mim, pois sem Ele nada seria possível!

Ao meu marido por sempre me ter dado força para enfrentar todos os desafios que foram aparecendo, por me tranquilizar e me fazer acreditar que tudo seria possível, desde que eu acreditasse. És uma bênção que Deus colocou na minha vida.

À minha mãe, que nunca me deixou desistir e sempre me incentivou a dar o melhor de mim, a fazer mais e melhor.

Ao Professor Doutor Rui Sousa Silva pela orientação, empenho e rigor com que sempre orientou este trabalho e pelas orientações e críticas que foi tecendo, sem nunca me desmotivar.

Resumo

Esta dissertação tem como objetivo principal proceder à análise de autoria de um texto suspeito e investigar em que medida o estudo de marcadores estilísticos permite identificar a autoria de determinado texto cuja autoria é questionada, tendo por base textos de autoria conhecida. Para isso, partiu-se de um caso público, que data de 2009, em que o texto *Momentos de lucidez*, que circulou e ainda circula na *Internet*, foi publicado no *blogue 5 dias*. Esta publicação suscitou uma enorme polémica, uma vez que houve quem suspeitasse que a sua autora fosse a jornalista Clara Ferreira Alves, e não o seu verdadeiro autor, Ricardo Santos Pinto – um dos autores do *blogue* que sempre reclamou para si a autoria do texto.

Para este estudo, procedeu-se à análise do texto de autoria questionada que, para este trabalho, foi designado por “Texto X”. Da mesma forma, analisou-se um conjunto de três textos que se sabia *a priori* terem sido escritos por Clara Ferreira Alves e outro conjunto, também de três textos, redigidos pela mão de Ricardo Santos Pinto. Após a análise destes textos, procedeu-se à identificação de marcadores estilísticos, de forma a procurar caracterizar o estilo de cada um dos autores.

Posteriormente, depois de analisados os dois conjuntos de textos, comparou-se, através de uma análise qualitativa, um conjunto de marcas linguísticas idiossincráticas subjacentes ao “Texto X” com o dos dois conjuntos referidos, de forma a tentar identificar o verdadeiro autor do texto de autoria questionada. Assim, para a análise efetuada, recolheram-se os elementos linguísticos que se consideraram relevantes e, num momento seguinte, procurou-se identificar características consistentes e distintivas. Seguindo as etapas atrás referidas, pretende-se, com este trabalho, contribuir para o desenvolvimento dos estudos de atribuição de autoria em Linguística Forense em Portugal, através de um estudo de natureza qualitativa baseado na consistência e distinção dos marcadores estilísticos analisados.

Palavras-chave: Linguística forense, análise de autoria, estilística, marcadores de estilo.

Abstract

The main aim of this dissertation is to analyze the authorship of a questioned text and investigate to what extent the study of stylistic markers allows the identification of the author of a questioned text, based on texts of known authorship. The present work is based on a high-profile case, dated from 2009: the publication of the text *Momentos de Lucidez*, which circulated and still circulates on the Internet, in the blog *5 Dias*. This publication was rather controversial, as suspicion arose that the true author of the text was the journalist Clara Ferreira Alves and not Ricardo Santos Pinto, one of the authors of the blog – and the one who claimed the authorship of the text.

For this study, we proceeded to the analysis of the text of questioned authorship which, in the present work, was called “Texto X”. Likewise, we analyzed a set of three texts previously known to have been written by Clara Ferreira Alves and another set of three texts, written by Ricardo Santos Pinto, in order to identify stylistic markers that are characteristic of the style of each author.

Subsequently, after analyzing each set of texts, a group of idiosyncratic linguistic markers found in “Texto X” was compared against those found in each of the two sets of texts of known authorship. A qualitative approach was adopted, in order to identify the true author of the text whose authorship was questioned. Thus, for the analysis performed, we collected the linguistic elements that were considered relevant and, subsequently, we sought to identify the characteristics that were consistent and distinctive across the questioned text and the texts of known authorship. In conclusion, this research aims to contribute to authorship studies in the field of Forensic Linguistics in Portugal, based on a qualitative study of the consistency and distinctiveness of the stylistic markers analyzed.

Keywords: forensic linguistics, authorship analysis, stylistics, style markers.

Índice de tabelas

Tabela 1 – Número de parágrafos e de palavras, nos textos do Autor A e do Autor B, p. 45.

Tabela 2 – Média de palavras por texto, p. 45.

Tabela 3 – Advérbios terminados em *-mente*, p. 47.

Tabela 4 – Posição dos advérbios terminados em *-mente*, nos textos do Autor B, p. 48.

Tabela 5 – Formas verbais simples, p. 48.

Tabela 6 – Formas compostas, p. 50.

Tabela 7 – Utilização do particípio passado dos verbos nos textos dos Autores A e B, p. 51.

Tabela 8 – Comparação da sintaxe verbal entre o Autor A e o Autor B, p. 52.

Tabela 9 - Posição do adjetivo relativamente ao nome, nos textos do Autor A, p. 54.

Tabela 10 - Posição do adjetivo relativamente ao nome, nos textos do Autor B, p. 55.

Tabela 11 – Usos da partícula “que”, nos textos do Autor B, p. 59.

Tabela 12 - Usos da partícula “que”, nos textos do Autor A, p. 60.

Tabela 13 – Posição do adjetivo relativamente ao nome no Texto X, p. 64.

Tabela 14 – Usos da partícula “que”, no Texto X, p. 65.

Tabela 15 – Síntese dos marcadores estilísticos estudados e respetivos resultados, p. 71.

Whereas in principle any speaker can use any word at any time, in fact they tend to make typical and individuating co-selections of preferred words. This implies that it should be possible to devise a method of linguistic fingerprint, in other words that the linguistic 'impressions' created by a single speaker should be usable, just like a signature, to identify them. So far, however, practice is a long way behind theory and no one has even begun to speculate about how much and what kind of data would be needed to uniquely characterize an idiolect, nor how the data, once collected, would be analysed and stored.

(Coulthard & Johnson, 2007, p. 161)

1. Introdução

A forma como determinado autor escreve pode funcionar como uma “assinatura” que permite identificá-lo enquanto autor de um texto cuja autoria é questionada ou desconhecida. Por conseguinte, a importância da análise de autoria no seio da linguística forense tem vindo a aumentar ao longo das últimas décadas.

A linguística forense é, sucintamente, «o ramo da linguística aplicada que consiste em utilizar os resultados da sua investigação no julgamento de atividades legais e jurídicas de recolha e interpretação de provas linguísticas» (Sousa-Silva, 2009, p. 578). Além da interligação com o Direito, a linguística forense permite, também, a relação com diversas áreas como a Psicologia e a Sociologia, entre outras. Assim, e apesar de o principal enfoque deste trabalho ser a linguística, importa referir que a relação que se estabelece entre a Linguística Forense e as áreas com ela relacionadas poderá servir como apoio à investigação policial e como prova pericial no tratamento de casos de âmbito judicial.

A análise de autoria de textos suspeitos assume uma grande importância nesta atividade. Em cenários forenses, sabe-se que vestígios como sangue, impressões digitais, arma do crime, saliva, entre outros, podem ser, inquestionavelmente, encarados como provas cruciais para a resolução de determinado crime. No entanto, muitos crimes envolvem a utilização de linguagem, pelo que, frequentemente, torna-se necessário responder à questão «Qual o autor deste texto?» e, consequentemente, recorrer à análise de autoria.

Nos últimos anos, tem havido um crescente interesse pela linguística forense (Coulthard & Johnson, 2007; Almeida, 2015), o que tem permitido à linguística auxiliar as instituições legais na investigação e resolução de diversos casos de âmbito forense. Embora o recurso a este ramo da linguística para auxiliar a resolução de casos legais seja comum, sobretudo em países anglo-saxónicos, é cada vez mais frequente os Tribunais de outros países solicitarem o auxílio de linguistas forenses, com vista à análise linguística de determinado texto enquanto prova pericial, permitindo assim uma utilização e análise linguística ao serviço da lei (Turell, 2010). Em Portugal, a linguística forense tem vindo a afirmar-se em termos de investigação científica (Sousa-Silva, 2009; Sousa-Silva, Grant & Maia, 2010; Sousa-Silva, 2013; Sousa-Silva, 2016; Sousa-Silva & Coulthard, 2016).

Assim, e partindo da investigação científica já realizada, com este trabalho pretende-se realizar um estudo de análise de autoria, restringido o mesmo ao âmbito da linguística forense.

Existem várias subáreas da linguística que fundamentam e servem de apoio na tentativa de resolução de problemas do âmbito da linguística forense, tais como a análise do discurso, a pragmática, a sintaxe, a semântica, a linguística histórica, a sociolinguística e a linguística de *corpus*, podendo utilizar-se cada uma em conjunto com teorias de linguística forense na elaboração de perícias. Assim, cada uma das subáreas referidas funciona como uma espécie de ferramenta, cabendo ao/à linguista forense escolher as ferramentas adequadas, conforme o caso específico em análise.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho centra-se num estudo sobre a análise de autoria textual em contextos forenses, com base nos conceitos de estilo e estilística, partindo da ideia de que a análise de autoria permite identificar o autor mais provável de um texto através da análise de marcadores estilísticos. De facto, os conceitos de estilo e estilística assumem grande importância no trabalho de análise de autoria em contexto forense, uma vez que determinado texto pode denotar vários tipos de comportamentos linguísticos, quer individuais, quer sociais, e é através deles que o/a linguista forense consegue atribuir determinado texto suspeito a determinado autor, de entre um conjunto de possíveis autores. Será, então, através desta análise estilística que se torna possível averiguar se o estilo de um texto anónimo pode ser associado ao estilo de linguagem utilizado por determinado autor individual.

Neste trabalho, abordar-se-á um caso que originou uma grande controvérsia na *Internet*, em 2009. Nesse ano, foi divulgada uma crónica, com o título *Este é o maior fracasso da democracia portuguesa*, atribuída a Clara Ferreira Alves, jornalista portuguesa e cronista no jornal *Expresso*. Porém, esta negou perentoriamente a autoria da crónica, defendendo que este título apenas constituía uma frase da sua crónica *A justiça criminoso*.

No mesmo ano, Ricardo Santos Pinto publicou a crónica *Momentos de Lucidez*, no *blogue 5 Dias*. Mais tarde, a 15 de abril, um utilizador fez um comentário a esta publicação, afirmando que o texto circulava pela *Internet* como uma crónica de Clara

Ferreira Alves para o *Expresso*, intitulada *Este é o maior fracasso da democracia portuguesa*, questionando, portanto, a autoria do texto de Ricardo Santos Pinto. Adotando uma atitude de admissão dos factos, este reclamou para si a autoria da crónica.

O caso ficou, entretanto, esclarecido, não restando, neste momento, dúvidas significativas relativamente ao autor do texto. Não se pretende, por isso, resolver o caso enquanto problema forense, mas antes proceder ao estudo de um caso real para investigar, ao longo desta dissertação, através da identificação de diversos marcadores de autoria, qual dos possíveis autores, Clara Ferreira Alves ou Ricardo Santos Pinto, poderia ter escrito esta crónica – e, no caso de poderem ser os dois, qual o autor mais provável. Face ao exposto, pretende-se responder às seguintes questões de partida:

- *Qual será o autor mais provável do texto suspeito?*
- *Será possível provar que a crónica foi/ não foi escrita por Clara Ferreira Alves?*
- *Será, então, possível provar a autoria de um texto através da análise de autoria?*

Estruturalmente, este trabalho encontra-se dividido em partes que se complementam: no próximo capítulo (capítulo 2), faz-se, numa primeira secção, uma abordagem ao conceito de linguística e a sua utilização em contextos forenses e, de seguida, elaboram-se algumas considerações acerca da linguística forense (2.1); análise de autoria (2.2) e análise de autoria em contexto forense (2.2.1.), estilo e estilística no âmbito das ciências forenses (2.3); marcadores estilísticos (2.3.1); conceito de variação (2.4); e importância do conceito de idioleto e estilo idioletal (2.5). Ainda neste capítulo são abordados os problemas e limitações da análise de autoria (2.6), a linguística forense no contexto português (2.7) e ainda uma breve apresentação do caso em estudo: “Momentos de lucidez”.

Seguidamente, no capítulo 3, depois de uma breve introdução (3.1.), é feita a apresentação de dados (3.2.), depois a descrição da investigação (3.3.) e, por último, uma abordagem aos tipos de análise, quantitativa e qualitativa (3.4). Posteriormente apresentam-se a análise e os resultados (capítulo 4), sendo que, numa primeira secção (4.1), se apresentam os resultados dos textos conhecidos e, numa segunda secção (4.2), do texto desconhecido, seguindo-se a discussão dos resultados (4.3). Finalmente, apresentam-se as conclusões deste trabalho e hipóteses de trabalho futuro (capítulo 5).

2. A Linguística e a sua utilização em contextos forenses

A linguística consiste, de uma forma muito simplificada, no estudo científico da linguagem. Tendo em consideração a natureza interdisciplinar da Linguística Forense, convém, antes de mais, fazer uma breve distinção entre linguagem e linguística. Para McMEnamin (2002), enquanto a linguagem consiste na associação de sons, palavras e frases que são utilizados e compreendidos por uma comunidade de falantes, a linguística pode ser considerada uma ciência social, uma vez que o seu foco primário é a linguagem enquanto parte do comportamento humano, integrando por vezes determinados métodos com pressupostos matemáticos (como é o caso, por exemplo, dos métodos de análise quantitativa, de que falaremos mais à frente neste trabalho). Tal como é defendido por McMEnamin (2002), cada falante tem ao seu dispor um conjunto limitado de elementos que poderá combinar de inúmeras formas, originando conjuntos maiores de elementos linguísticos. De facto, existe um número ilimitado de combinações diferentes, mesmo perante um número relativamente pequeno de elementos linguísticos.

Assim, o conjunto formado pelas unidades que pertencem a determinada língua e que se relacionam através de regras e também a forma como a linguagem é utilizada consoante o contexto comunicativo é o objeto de estudo da linguística. Esta procura compreender o sistema da língua e identificar características universais das línguas, assim como características que existam apenas em algumas famílias de línguas, permitindo uma melhoria da comunicação.

Durante os séculos XVIII e XIX, ocorreu o desenvolvimento de quatro princípios essenciais: as línguas mudam ao longo do tempo; as mudanças são lentas, mas sistemáticas; a regularidade das mudanças que ocorrem dentro de uma língua pode ser descrita; e a comparação das mudanças nas línguas indicará a origem da língua específica e a sua relação com outras línguas (McMenamin, 2002).

Genericamente, a linguística pode dividir-se em Linguística Descritiva (Câmara, 1970; Gleason, 1961) e Linguística Aplicada (Moita Lopes, 2006). A linguística descritiva tem como principal objetivo estudar a forma como os falantes utilizam a língua e engloba áreas como a fonologia, a morfologia, a sintaxe e a semântica. Tem como principal objetivo analisar e estudar a forma como os falantes utilizam a língua. Esta

descrição da língua pode, por exemplo, auxiliar na construção de um dicionário, através de estudos prévios na área da Lexicologia. Já a linguística aplicada confere mais enfoque à tentativa de resolução de problemas da vida social, incluindo no seu domínio a Linguística Forense. Por outras palavras “o papel frequentemente atribuído à linguística aplicada corresponde à tarefa de resolver ou, pelo menos, melhorar os problemas sociais que envolvem a linguagem” (Pinto, 2009, pp. 155-156).

2.1. Linguística Forense

A Linguística Forense, entendida como o estudo científico e metodológico da linguagem tendo em conta objetivos e contextos forenses, procura contribuir para a resolução de problemas legais nos quais a linguagem desempenha um papel fundamental, permitindo ajudar a Justiça a resolver determinados casos jurídicos. De facto, a linguística forense é um ramo da linguística aplicada que se dedica ao contexto investigativo, analisando chamadas de emergência, bilhetes de suicídio, deteção de plágio, cartas anónimas e/ ou de ameaça, entre outros materiais linguísticos implicados em casos legais. Desta forma, torna-se possível estudar vários elementos linguísticos que podem ser observados nos textos/ discursos suspeitos, como «a variação linguística (Ash 1988; Jones 1994; Finegan 1997); (...) aspectos ortográficos, como erros, acentuação e pontuação (Eagleson 1994), (...) a formatação (tipo e tamanho de letra, parágrafos) nos textos impressos; e a caligrafia nos manuscritos (Davis 1986; Found, Dick & Rogers 1994)» (Santos, 2008).

Como mostram os exemplos referidos, a Linguística Forense, para além de ter em conta uma vertente de investigação académico-científica, diz respeito a uma ampla gama de tipos de perícias relacionadas com a linguagem oral e escrita (McMenamin, 2002). Estas perícias baseiam-se na recolha de indícios linguísticos que possam servir como provas para a resolução de casos forenses, seja através da sua utilização como prova pericial (Gibbons, 2003), seja como auxílio à investigação policial (Coulthard & Johnson, 2007). De facto, a linguística forense relaciona-se com as teorias e métodos científicos que foram desenvolvidos no âmbito da linguística geral e aplicada, ou seja, a linguística forense constitui um dos ramos da linguística aplicada, tendo, neste caso, como objetivo a resolução de problemas forenses (McMenamin, 2002),

Também Conley & O'Barr (2005) definem a linguística forense como o campo da linguística aplicada a casos legais, abrangendo: a linguagem da lei, os documentos legais e a linguagem utilizada em instituições judiciais; tradução e interpretação legal; os esforços levados a cabo com vista a atenuar as desvantagens linguísticas que resultam do binómio linguagem e lei; as provas linguísticas apresentadas em Tribunal; a perícia linguística aplicada a problemas relacionados com a elaboração e interpretação da Lei, bem como a análise de autoria (Conley & O'Barr, 2005; p. 165-166). Sousa-Silva (2009, p. 4) adianta que a Linguística Forense «consiste em utilizar os resultados da sua investigação no julgamento de atividades legais e jurídicas de recolha e interpretação de provas linguísticas», permitindo o emprego de conhecimentos e métodos da Linguística a contextos legais e de investigação.

Indo ao encontro das demais referências na área da Linguística Forense, Coulthard & Johnson (2007) e Sousa-Silva & Coulthard (2016) salientam que a linguística forense pode definir-se tendo em conta as três seguintes subáreas:

a) Linguagem escrita do Direito/ da Lei: relação entre a Linguagem e o Direito/ o processo judicial. Trata-se da linguagem jurídica encontrada em documentos legais, como legislação e contratos, ou em contexto de Tribunal, bem como as suas formas de interpretação. Debruça-se, essencialmente, sobre a linguagem utilizada em documentos jurídicos escritos para comunicar com outros profissionais da área, ou com outro tipo de audiência não especializada. Existem vários campos relacionados com a Linguagem e o Direito, como o Direito Comparado, a Filosofia do Direito, a Interpretação da Lei, a História da linguagem jurídica, a Tradução forense e Direitos linguísticos (Caldas-Coulthard, 2014). Por conseguinte, no contexto do panorama judicial, existem vários géneros discursivos que permitem analisar a interação linguística entre os falantes que participam em determinado discurso. De uma forma simplificada, o conceito de *discurso* pode apresentar dois sentidos: pode referir-se ao campo linguístico, tratando-se, neste caso, do discurso enquanto conjunto de ideias organizado através da linguagem; ou, em alternativa, pode referir-se ao campo social, instituindo e sustentando relações sociais, «olhando para a língua enquanto objeto social» (Pereira, 2013, p. 495). Assim, não se baseia apenas no estudo da linguagem como sistema formal, mas, também, sobre a forma como determinados segmentos textuais se estruturam e de que modo são utilizados na

comunicação, nomeadamente no que respeita às realidades sociais e históricas. Deste modo, para Conley e O' Barr (2005), *discurso*, no sentido linguístico, refere-se a conjuntos de segmentos de fala ou escrita, incluindo conversas, histórias, sequências de pergunta/ resposta, entre outros. De facto, a análise dos géneros discursivos é muito importante, uma vez que possibilita o entendimento entre os profissionais do Direito e cidadãos leigos, sendo, assim, possível compreender a importância do trabalho conjunto de linguistas e profissionais do Direito.

b) Situações de interação verbal em contexto forense: trata-se da linguagem enquanto instrumento utilizado na investigação, sobretudo no que diz respeito a interações orais, formulação de provas, interrogatórios, regras utilizadas para a interação em contexto judicial, nomeadamente quando os indivíduos não possuem a mesma língua materna. Assim, o linguista forense analisa esta interação verbal, designadamente nos casos em que esta é dificultada devido à existência de uma vítima/ testemunha vulnerável, nomeadamente crianças, vítimas em casos de violência contra mulheres, pessoas com doenças mentais, ou casos que implicam o recurso a intérpretes/ tradutores. O linguista forense procede a esta análise, de forma a investigar se a relação verbal é simétrica, se são evidenciadas relações de poder desequilibradas e se são quebradas regras básicas da comunicação, isto é, se a interação linguística é, ou não, cooperativa. Assim, em conformidade com as situações aplicáveis, os linguistas forenses poderão analisar os interrogatórios e verificar, por exemplo, se as vítimas vulneráveis são devidamente tratadas e/ou, por exemplo, se existe a necessidade de atuação de um intérprete, quando algum dos participantes, por não ser falante nativo, não domina a língua utilizada em Tribunal;

c) Linguagem como prova pericial e de apoio à investigação e o trabalho de peritos em Tribunal: esta subárea da Linguística Forense está relacionada com os processos legais, ou seja, com a aplicação de conhecimentos linguísticos como ferramentas de suporte a utilizar em Tribunal ou durante os processos de investigação policial. Neste campo, inclui-se a análise de autoria, a estilística forense, a determinação de perfis sociolinguísticos, disputas sobre marcas comerciais e deteção de plágio. O papel do Linguista Forense, neste caso, é procurar apresentar provas linguísticas que auxiliem as instituições legais no desempenho da sua função.

A linguística forense pode ser vista em sentido lato ou em sentido restrito. Em sentido lato, inclui as três subáreas descritas acima; em sentido restrito, a linguística forense inclui, apenas, a linguagem como prova (Coulthard & Johnson, 2007; Sousa-Silva & Coulthard, 2016).

O termo *Linguística Forense* foi utilizado pela primeira vez no Reino Unido, em 1968, época em que surgiram os primeiros estudos significativos acerca desta nova disciplina. Foi utilizado por Jan Svartvik (1968) no seu artigo *The Evans Statements: a case for forensic linguistics*. Este artigo surgiu depois de, em 1949, Timothy Evans ter sido condenado à morte (injustamente) pelo homicídio da sua esposa e da sua filha. Apenas três anos depois, o verdadeiro criminoso, John Christie, confessou o crime, depois de ter sido condenado pelo homicídio de várias mulheres no mesmo prédio, incluindo a sua própria esposa. Timothy Evans foi ilibado postumamente, suscitando o debate sobre a aplicação da pena de morte no Reino Unido. A condenação injusta de Evans constituiu, aliás, um dos motivos que conduziu à abolição da pena de morte no Reino Unido, em 1965. No seu trabalho, Svartvik (1968) procedeu a uma análise linguística e concluiu, a partir de um conjunto de textos escrito pelo verdadeiro homicida e de um outro escrito por Evans, que os dois conjuntos de textos possuíam características estilísticas discrepantes, nomeadamente em matéria de utilização da gramática, o que significava que não poderiam ter sido escritos pelo mesmo autor.

Este caso chamou a atenção para a importância de uma reflexão acerca da necessidade de existirem avaliações linguísticas capazes de conferir uma análise científica e fundamentada que possam contribuir para a resolução de crimes nos quais a linguagem desempenha um papel importante. Neste contexto, começaram a desenvolver-se novas metodologias no campo da análise linguística, que pudessem complementar as decisões judiciais (Coulthard e Johnson, 2007).

À publicação do trabalho de Svartvik seguiram-se alguns estudos relativamente pontuais e isolados, o que significa que, durante muito tempo, o crescimento da linguística forense foi relativamente lento, como referem Coulthard & Johnson (2007). No entanto, nos últimos anos, tem-se registado um desenvolvimento mais acentuado desta área de estudo, levando à sua expansão, sobretudo em países de língua inglesa (Coulthard & Johnson, 2007). A acompanhar esses desenvolvimentos surgiram duas Associações

profissionais: a *International Association of Forensic Linguists* (IAFL), fundada em 1993, na Grã-Bretanha, e que conta com mais de três centenas de membros em todo o mundo, entre investigadores, advogados e agentes policiais, e a *International Association for Forensic Phonetics and Acoustics* (IAFPA), focada exclusivamente na fonética forense. No campo da investigação científica, foi, ainda, criada a revista científica *Forensic Linguistics*, em 1994, que, mais tarde, vir-se-ia a designar *The International Journal of Speech, Language and the Law* (Coulthard & Johnson, 2007). Em suma, a relação entre a linguagem e o Direito tem ficado cada vez mais próxima, devido, essencialmente, ao aumento da interdisciplinaridade entre estas duas áreas e a um crescente reconhecimento da importância da linguística em casos forenses.

2.2. Análise de autoria – breve referência histórica e conceito

Apesar de a análise de autoria aplicada a contextos forenses ser relativamente recente, a sua utilização aplicada aos estudos literários é muito antiga. Na Grécia Antiga, a autoria estava, essencialmente, associada à credibilidade de um texto (Sousa-Silva, 2009). Apenas durante o Renascimento, com os conceitos de autoria e autor individual, houve uma alteração nesta perspetiva (Sousa-Silva, 2009). Mais recentemente, já no século XIX, Zeigler publicou um estudo no âmbito da análise de autoria, tendo em conta toda a investigação académica secular sobre a verdadeira autoria dos textos de Shakespeare, no qual defendia que algumas das peças de Shakespeare tinham, na verdade, sido escritas por um contemporâneo, Christopher Marlowe (Coulthard & Johnson, 2007). De facto, desde há muito tempo que se procura encontrar estratégias, como a análise da *persona* literária, com vista a confirmar a autoria de determinado texto sagrado ou literário.

Um dos primeiros autores a propor soluções sistemáticas para a análise de autoria foi De Morgan, em 1851, no âmbito de uma análise de autoria às cartas bíblicas tradicionalmente atribuídas ao Apóstolo S. Paulo (Coulthard & Johnson, 2007). Neste contexto, De Morgan postulou que o tamanho das palavras empregues por diferentes autores poderia constituir um marcador a ser utilizado para analisar a autoria de algumas das Cartas, defendendo que resultados próximos significariam que as Cartas teriam sido escritas pelo mesmo autor (Almeida, 2015); inversamente, resultados divergentes indicariam uma autoria distinta dos textos.

Neste sentido, desde há muito que estudiosos de várias áreas, nomeadamente de textos literários e bíblicos, se têm dedicado à análise de autoria textual. Mais recentemente, ainda que se tenha mantido o interesse pela atribuição de autoria literária, a análise de autoria deslocou parcialmente o seu enfoque para a linguística forense, de forma a auxiliar na investigação criminal e na resolução de casos legais envolvendo, por exemplo, cartas de resgate, bilhetes de suicídio e ameaças anónimas, entre outros.

2.2.1 Análise de autoria em contexto forense

Efetivamente, só muito recentemente a análise de autoria ganhou relevância na área da Linguística Forense, decorrente sobretudo do caso de Timothy Evans, objeto de análise de Svartvik (ver secção 2.1).

A análise de autoria forense é uma das áreas que mais se destaca dentro da linguística forense, tendo em conta que constitui a face mais visível da linguística forense enquanto meio de investigação e de prova. Esta área, que tem por base a análise das características idiossincráticas da escrita de um autor a partir das características de textos escritos pelo próprio (Juola, 2008) de forma a tentar determinar a autoria de um texto, poder-se-á subdividir em:

- Comparação;
- Atribuição;
- Classificação.

Através do processo de comparação, é reunida uma amostra de texto de autoria conhecida, que será tomada como referência, e que será comparada com a amostra de textos de autoria desconhecida. Já quanto ao processo de atribuição, para Varela, Justino e Oliveira (2011, p. 175), um conjunto de textos de autoria conhecida é utilizado de forma a encontrar o(s) autor(es) do(s) texto(s) de autoria questionada, através de modelos que podem ser gerados. No entanto, neste ponto, o principal problema é saber quais as características que devem ser utilizadas. No processo de classificação, recolhem-se os elementos linguísticos de um texto suspeito e tentam identificar-se traços distintivos e idiossincráticos.

As aplicações da análise de autoria em contextos forenses são diversas, incluindo diversos textos-problema, como já referido. Para isso, é necessário que se identifique e/ou exclua determinado(s) suspeito(s) como possível(is) autor(es) do texto. Ao proceder à análise de autoria, o linguista forense deverá considerar o estilo da escrita dos autores suspeitos, uma vez que não existem dois autores com as mesmas características estilísticas – ainda que um dos maiores desafios da análise linguística se prenda com o facto de o mesmo autor não escrever sempre da mesma forma.

É de salientar que, no que diz respeito ao contexto forense, os textos que são, normalmente, submetidos a análise de autoria são aqueles que são associados a casos de plágio ou de autoria anónima, escritos sob pseudónimo ou que são falsamente atribuídos a determinado autor (Butters, 2007). A análise de autoria tem como principal foco de investigação a identificação do(s) autor(es) que apresenta(m) maior probabilidade de ter(em) escrito o(s) texto(s) suspeito(s). Nestes casos, torna-se necessário saber com rigor quais os textos que se sabe com certeza terem sido escritos por determinado autor e quais os textos cuja autoria é questionada, o que pressupõe identificar padrões linguísticos e, posteriormente, verificar se determinado texto será consistente ao nível estilístico com o conjunto dos restantes textos de autoria conhecida. No caso de existirem vários autores suspeitos, é necessário comparar o(s) texto(s) suspeito(s) com textos de possíveis autores e, num momento seguinte, tentar perceber qual o grau de semelhança entre o(s) texto(s) cuja autoria é questionada e a forma de escrita de determinado grupo de autores suspeitos (McMenamin, 2002).

Neste contexto, refira-se, a título ilustrativo, o caso do terrorista Theodore Kaczynski, que ficou conhecido como *Unabomber*, e que constituiu um dos casos mais conhecidos da linguística forense. Kaczynski opunha-se aos avanços tecnológicos e, como forma de protesto, enviava cartas armadilhadas a pessoas envolvidas em tecnologias modernas. Em 1995, os jornais *The Washington Post* e *The New York Times*, seguindo uma “exigência” sua – e após consultarem o FBI – publicaram um manifesto contra a Revolução Industrial; em troca, o *Unabomber* comprometia-se a acabar com os atentados. Com esta publicação, o terrorista foi identificado pela linguagem utilizada, e nomeadamente, pela combinação idiossincrática do léxico e colocações utilizados em determinadas expressões. A comparação dos textos anónimos com o manifesto escrito

por Kaczynski revelou várias semelhanças entre as cartas enviadas pelo *Unabomber* e o referido manifesto. O linguista contratado pela defesa, procurando destruir as provas apresentadas pelo linguista do FBI, afirmou que qualquer falante poderia utilizar a mesma combinação de palavras a qualquer momento. Contudo, uma pesquisa acerca do conjunto dos elementos presentes originou um número reduzido de resultados, e todos eles pertencentes a textos escritos pelo próprio Kaczynski (Teles, 2015, p. 39). Para Grant (2004, p. 12), a identificação do *Unabomber* através da análise do manifesto constituiu, talvez, o maior sucesso de sempre na atribuição de autoria forense.

Em determinados casos forenses em que é necessário realizar a análise de autoria, utiliza-se, frequentemente (sempre que o volume de dados assim o permita), uma análise de natureza quantitativa e estatística. No entanto, tal como afirma Olsson (2008), este tipo de análise não pode ser realizado sem conhecimentos linguísticos, de forma a garantir que os marcadores estilísticos considerados sejam cientificamente relevantes. Por isso, nesses casos, muitas vezes tem-se optado por uma análise mista, baseada em métodos quantitativos e qualitativos.

Deste modo, em análise de autoria é tarefa do linguista determinar cientificamente a consistência e a distinção dos padrões de uso da linguagem por determinado autor. Esse trabalho começa por uma identificação e levantamento de marcadores idiossincráticos presente(s) no(s) texto(s) conhecido(s), seja porque apresentam desvios face à norma, seja porque apresentam variação dentro da norma, e que constituirão um grupo de preferências idioleais desse autor. Posteriormente, esse grupo de características é comparado com o(s) texto(s) suspeitos, de modo a verificar a sua existência ou ausência nos textos questionados. Uma vez que esse conjunto de características constitui um conjunto diverso do comum, por si só forma um grupo de características distintivas. Por conseguinte, para se poder proceder a uma análise de autoria forense adequada, é necessário que os marcadores (forenses) encontrados sejam distintivos dos demais suspeitos, mas consistentes nos textos escritos pelo mesmo autor. Podemos, por isso, afirmar que a consistência e a distinção constituem a base para a identificação do idioleto de um autor, conceito que será abordado na secção 2.5 deste trabalho.

A evolução ocorrida nas metodologias de análise de autoria tem conduzido à sua aplicação em novos contextos forenses. É o caso, por exemplo, de situações de

Cibercrime. O Cibercrime relaciona-se com crimes que são cometidos utilizando a *Internet* e/ou sistemas de comunicação modernos, como sejam fraude eletrónica, roubo de identidade, violação dos direitos de propriedade intelectual, entre outros (Sousa-Silva, 2015).

Em suma, os marcadores estilísticos discriminatórios são importantes, uma vez que, quando devidamente aplicados e contextualizados, podem ajudar a identificar a autoria de determinado texto, sobretudo em âmbito forense. No entanto, um dos desafios metodológicos que se impõem ao linguista forense é que, quanto mais curto for o texto, mais difícil se torna encontrar marcadores idiossincráticos; como é natural, quanto menor for o volume de dados, menor será a possibilidade de encontrar marcadores distintivos (ou, inclusivamente, avaliar a sua importância enquanto elementos idiossincráticos). Pelo contrário, quanto maior for a quantidade de textos, maior é a probabilidade de obter dados com vista à caracterização do estilo do(s) autor(es) em causa. Grandes volumes de dados permitem frequentemente ao linguista forense sustentar a sua análise de autoria em dados resultantes de uma análise quantitativa, o que concede à análise um carácter de rigor quantitativo. Não obstante, a análise quantitativa não pode substituir-se à análise linguística, de natureza qualitativa, como, aliás, refere McMenamin (2002).

2.3. Estilo e estilística no âmbito das ciências forenses

Como referido na secção anterior, a análise de autoria assenta na análise de padrões linguísticos que estão presentes de forma recorrente e única consoante o estilo do autor, o que torna possível a sua descrição. Fiorin (2008, p. 97) afirma que o estilo é «um conjunto global de traços recorrentes do plano do conteúdo (formas discursivas) e do plano da expressão (formas textuais), que produzem um efeito de sentido de identidade. Configura um *ethos* discursivo, ou seja, uma imagem do enunciador». O conceito de estilo na linguagem escrita revela-se nas formas como essa linguagem é utilizada, dependendo do indivíduo e do contexto em que se encontra; neste sentido, em trabalhos de análise de autoria define-se um estilo pelas características estruturais dos textos (McMenamin, 2002, p. 110). As características linguísticas utilizadas para estudar o estilo de determinado autor devem distinguir esse autor em relação a outro(s), demarcando a diferença. Devem, por conseguinte, ser discriminatórias no que diz respeito às características linguísticas utilizadas recorrentemente por esse autor relativamente a outro(s).

No sentido de reforçar a relevância dos conceitos de consistência e distinção na identificação de marcadores estilísticos em contexto forense, socorremo-nos de Love (2002), que defende a importância de se verificar repetição e consistência no que toca aos marcadores linguísticos para que se possa reconhecer o estilo de um autor. Esses marcadores assentam em escolhas feitas pelo autor durante o processo de escrita, de entre várias opções possíveis, muitas das quais são conscientes (Coutinho, 2002) e que resultam de uma utilização recorrente de uma forma em detrimento de outras formas disponíveis (McMenamin, 2002, p. 164). O conceito de repetição é crucial, uma vez que, para McMenamin (2002, p. 51), é através da recorrência e repetição de determinada combinação de traços linguísticos, de uma «constelação de variáveis», que o linguista forense conseguirá identificar o estilo linguístico de determinado autor. Assim, para identificar um autor, o linguista forense não pode ter por base apenas uma característica linguística, mas a combinação de várias características, que, no seu conjunto, formam um grupo de traços idiossincrático. McMenamin (2010, p. 488) defende que o estilo de determinado autor resulta da aplicação de determinadas ferramentas linguísticas, a partir do conjunto total de ferramentas disponível na sua língua, na identificação do idioleto de determinado autor, baseando-se no pressuposto de que, embora qualquer autor possa utilizar qualquer forma linguística a qualquer momento, cada um tende a usar a mesma seleção e cosseleção de palavras (Coulthard, 2006, p. 1).

Por conseguinte, o conceito de estilo não pode estar circunscrito a características textuais isoladas, mas estende-se a uma combinação de características (McMenamin, 2002), sendo, para isso, fundamental ter em conta os princípios de recorrência já referidos. Reforça-se, por isso, o pressuposto de que os potenciais marcadores estilísticos (conceito que será abordado mais adiante) não podem ser utilizados isoladamente, uma vez que a sua importância advém da sua utilização em conjunto, ou seja, da sua combinação com outras características linguísticas.

A estilística forense poderá ser definida como uma técnica que utiliza a análise linguística do estilo, de forma a proceder à análise de autoria (McMenamin, 2010). Consiste no estudo qualitativo do estilo na linguagem, na interpretação dos marcadores estilísticos, na sua descrição e análise (McMenamin, 2010). Distingue-se da estilometria na medida em que esta última utiliza a análise quantitativa e estatística do estilo de escrita

de determinado autor; trabalha, por isso, com características discriminatórias e mensuráveis e com parâmetros quantitativos para estudar o estilo de escrita do autor (Varela, 2010).

O conceito de estilística forense foi abordado pela primeira vez, de forma sistemática, por McMennamin (2002), sendo que a sua principal aplicação em contextos forenses relaciona-se com a atribuição de autoria. A estilística pretende perceber o porquê de determinado falante utilizar determinadas formas em detrimento de outras. Neste contexto, McMennamin (2002) refere dois princípios fundamentais subjacentes ao conceito de estilística: não existem dois falantes a escrever da mesma forma e nenhum falante escreve da mesma forma o tempo todo. Pode, então, definir-se a estilística como a ciência que estuda as escolhas linguísticas (Varela, 2010), um ramo da linguística que se debruça sobre os diferentes usos da língua e as suas características, bem como sobre a explicação das escolhas linguísticas feitas por determinado autor quando utiliza a linguagem.

Grant (2013) propõe que a análise de autoria possa ser feita também com recurso à estilometria, indo ao encontro de uma «análise quantitativa do estilo da escrita» (Varela, 2010, p. 11), que procura medir as «semelhanças e as diferenças entre autores diferentes» (Almeida, 2014, p. 157). Estuda, por exemplo, a frequência lexical da ocorrência de determinados vocábulos ou expressões, o comprimento de palavras e frases, a frequência de determinados sinais de pontuação, entre outros, sendo que o seu principal objetivo é «encontrar informações a respeito do autor através de características do estilo de escrita do autor que sejam mensuráveis» (Varela, 2010, p. 11), ao contrário do que acontece com a estilística, que não recorre à quantificação de características. A escolha da utilização de uma ou outra depende, sobretudo, da quantidade de texto(s) em análise. Desta forma, a estilometria é mais utilizada quando se trata da análise de textos mais longos (ou de conjuntos compostos por muitos textos), especialmente em casos «que envolvem milhares de palavras» (Grant, 2013, p. 471), enquanto a estilística é mais utilizada para a análise de «textos curtos ou fragmentários (o que é mais comum ocorrer no contexto forense)» (Almeida, 2014, p. 157). Porém, muitas vezes o linguista forense alia as duas abordagens, estilística e estilométrica (Coulthard & Johnson, 2007), sempre que o volume de dados o permita.

A estilística forense (McMenamin, 2002) e o “estilo idioletal” (conceito proposto por Turell (2010) e que será abordado mais adiante) refletem uma vertente mais qualitativa, que será a adotada ao longo deste trabalho. Segundo a estilística, cada indivíduo possui um conjunto de características linguísticas que o diferencia dos demais falantes, inclusive dentro da mesma comunidade linguística (Almeida, 2015).

O estilo de determinado autor pode ser analisado através do estudo de uma combinação de elementos que pode variar consoante o indivíduo, o que implica que consideremos também aspetos de variação. McMenamin (2002, p. 115) relaciona o conceito de variação com o conceito de análise de estilo na língua escrita da seguinte forma: «[o] estilo é o reflexo da variação individual ou dentro de um grupo, na língua escrita. A variação individual é uma consequência das escolhas do escritor dentre o conjunto de todas as formas disponíveis (...). A estilística linguística é a análise científica de marcadores de estilo individuais, observados e descritos no idioleto de um único escritor, bem como os marcadores de estilo de uma classe, identificados na língua ou dialeto de grupos de escritores».

Assim, a estilística, no campo da linguística forense, baseia-se na análise do uso consistente e idiossincrático da linguagem por determinado indivíduo. Procura determinar o seu “estilo individual” (Sousa-Silva, 2009, p. 577), procedendo ao estudo das suas características estilísticas. Neste contexto, Sousa-Silva (2009, p. 577) adiantou que «a noção de estilo individual é constituída, não só pelo “comportamento linguístico” de autores conhecidos, mas também pelas escolhas estilísticas do falante de uma língua», sendo que quando os processos de escrita são internalizados, vão-se tornando mais inconscientes (Coulmas, 2003, p. 218). Desta forma, são as marcas estilísticas que constituem o resultado das escolhas habituais que o autor faz durante o processo de escrita.

McMenamin (2002) reflete sobre o que é consciente ou inconsciente na escrita, referindo que a utilização de palavras e frases é mais consciente do que a utilização de estruturas sintáticas, o que pode relacionar-se com o que Chaski (1997, p. 19) chamou de “consciência metalinguística”. Aliás, também Chaski (1997) afirma que algumas variáveis de ordem sintática e algumas estruturas morfossintáticas são mais difíceis de imitar e de disfarçar, uma vez que o comportamento sintático é mais inconsciente, o que

constitui uma noção fundamental no campo da estilística. McCombe (2002) afirma, também, que um falante com um domínio maior da língua terá, em princípio, mais facilidade em manipulá-la. Por outro lado, as manipulações podem ser detetadas, por exemplo, através da incompatibilidade entre erros e os seus equivalentes corretos no mesmo texto. Contudo, o que acontece, na maioria das vezes, é que o falante se foca mais no conteúdo e, por isso, a produção linguística pode ser mais difícil de controlar (Chaski, 1997).

Deste modo, partindo do pressuposto de que não há dois indivíduos a escrever da mesma forma (McMenamin, 2002), o linguista forense deve proceder à recolha dos elementos linguísticos que poderão funcionar como marcadores estilísticos (conceito que será abordado na próxima secção) e que permitam caracterizar o estilo do autor do texto em análise.

2.3.1. Marcadores estilísticos

Para proceder a uma análise de autoria, é importante fazer um levantamento dos marcadores de autoria presentes nas amostras textuais, de forma a procurar caracterizar o estilo do seu autor. A partir da identificação e estudo dos marcadores estilísticos, conforme proposto por McMenamin (2002), é possível proceder à análise de autoria do texto em estudo. Para isso, o linguista forense deve fazer uma recolha das escolhas linguísticas do autor do(s) texto(s) em análise. É importante que esses elementos sejam discriminatórios, de modo a aumentar a sua fiabilidade e validade no que toca à análise de autoria (Sousa-Silva, 2009), como foi abordado na secção anterior. Por este motivo, os marcadores estilísticos são difíceis de forjar, nomeadamente quando se trata de estruturas sintáticas e morfossintáticas (Teles, 2015). Daí estas estruturas constituírem importantes marcadores para a análise de autoria. Isto significa que será bastante improvável que um indivíduo consiga distanciar-se das estruturas sintáticas normalmente presentes nos seus textos (Chaski, 2001).

Os marcadores linguísticos podem basear-se em escolhas (conforme referido anteriormente, conscientes ou inconscientes) entre elementos linguísticos que pertençam à norma, isto é, formas gramaticais, e escolhas que constituam desvios face à norma, ou seja, escolhas que sejam agramaticais. Estas últimas podem ser decorrentes de “gralhas”

ou de erros (Sousa-Silva, 2015). Em contextos forenses, a diferença entre gralhas e erros é fundamental: enquanto as gralhas são pontuais – e, por isso, não relevantes na caracterização do estilo de escrita de determinado autor –, os erros são sistemáticos, praticados de forma inconsciente, e, portanto, altamente relevantes na caracterização da escrita de determinado autor. Se considerarmos o mecanismo de correção automática, que surgiu com o advento das novas tecnologias, pode, à primeira vista, supor-se que estas tecnologias são um entrave à análise de autoria, uma vez que o corretor automático irá suprimir gralhas e/ou erros ortográficos (e, até, gramaticais) que, de outro modo, passariam despercebidos ao seu autor. No entanto, o funcionamento dessas tecnologias não é uniforme, e uma simples observação empírica revela que o modo como cada autor gere as sugestões de correção é, ele próprio, idiossincrático.

Para a obtenção de marcadores estilísticos, o linguista forense procede, em primeiro lugar, à identificação de elementos linguísticos idiossincráticos, «distintivos face à norma linguística» (Sousa-Silva, 2015, p. 4), presentes no(s) texto(s) em análise. É importante que estes elementos sejam utilizados de forma recorrente e consistente, a fim de poder perceber-se se constituem, efetivamente, marcadores estilísticos, uma vez que aquilo que torna determinado(s) marcador(es) estilístico(s) singular(es) é a recorrência da sua utilização por determinado autor (Marquilhas & Cardoso, 2011). De seguida, o linguista forense deve proceder à comparação entre os marcadores estilísticos, de forma a encontrar elementos linguísticos semelhantes presentes nas amostras textuais. Se a sua utilização for distintiva, existe uma maior probabilidade de as amostras textuais não pertencerem ao mesmo autor. Por outro lado, se os marcadores estilísticos forem utilizados de forma semelhante em ambas as amostras, existe uma maior probabilidade de estas pertencerem ao mesmo autor (Sousa-Silva, 2015).

Em suma, ao longo desta secção, pôde perceber-se que as opções linguísticas de determinado autor permitem identificar o seu estilo, uma vez que o indivíduo poderá escolher qualquer elemento linguístico entre toda a gama de elementos linguísticos disponíveis, apresentando, por isso, um conjunto de características estilísticas que o identificam. Neste sentido, a tarefa do linguista forense consiste em identificar quais as escolhas linguísticas do autor, sendo que, inclusivamente as variações face à norma podem ser marcadores de autoria relevantes. É este o processo aplicado mais adiante, no

âmbito de um estudo de caso real, onde se analisarão alguns destes marcadores, através análise de autoria de dois conjuntos de textos em comparação com um terceiro texto, para averiguar se poderão ter sido escritos pelo mesmo autor.

2.4. Conceito de variação

De forma a proceder-se a uma análise de autoria, ter em conta o conceito de variação é fundamental. A variação é observável consoante as características sociais e geográficas de determinado grupo, mas também as características de variação individual. No caso desta última, pode falar-se de variação interfalante e de variação intrafalante. A variação interfalante diz respeito à variação que ocorre entre indivíduos diferentes, enquanto a variação intrafalante diz respeito à variação que ocorre na linguagem utilizada apenas por um indivíduo. Assim, a variação reflete-se consoante as características individuais observadas no idioleto de determinado falante, que partilha a língua com um ou vários grupos. Essa variação depende de vários fatores, entre os quais o facto de, quanto mais natural for a produção linguística, ou seja, quanto menos atenção lhe for concedida, mais estruturada será a variação (McMenamin, 2002).

Neste contexto, McMenamin (2002) defende que cada falante, membro de um grupo, utiliza a sua língua de forma individualizada, sendo que a linguagem pode variar de forma transversal entre comunidades mas, também, dentro da mesma comunidade.

O conceito de variação intrafalante aproxima-se do conceito de estilo idioletal, inicialmente proposto por Turell (2010), e que será abordado na secção seguinte, na medida em que se refere ao conjunto de escolhas feitas por determinado falante a partir do seu sistema linguístico. Efetivamente, Turell (2010) propõe abordar a questão da estilística de forma inovadora, afirmando que os marcadores estilísticos variam mais entre autores do que entre textos do mesmo autor, pelo que a variação interfalante é superior à variação intrafalante.

2.5. Importância do conceito de idioleto e de estilo idioletal

A análise de autoria no contexto da linguística forense assenta profundamente no conceito de idioleto, sistematizado, pela primeira vez, por Bloch, em 1948, apesar de McMenamin (2002) defender que o poeta inglês Coleridge já tinha feito uma alusão a esta ideia, na sua *Biographia Literaria*, no séc. XIX (Coulthard & Johnson, 2007, p. 161).

Antes de introduzir este conceito, torna-se importante abordar, em primeiro lugar, o conceito de dialeto.

Um dialeto consiste na variedade de uma língua utilizada por determinado grupo linguístico, através da utilização de padrões consistentes. De acordo com Cunha & Cintra (2015, p. 45), o dialeto constitui a «variedade regional da língua, não importando o seu maior ou menor distanciamento com referência à língua padrão». Já o idioleto consiste na variedade de uma língua desenvolvida individualmente por um falante como uma forma única e que segue um padrão, agregando determinadas características linguísticas. Estas características são designadas por características individuais, na linguística forense (McMenamin, 2010). Desta forma, tal como referido por McMenamin (2002), a variação entre o estilo de dois ou mais autores constitui a base da análise de autoria, uma vez que cada falante possui um idioleto próprio e uma forma única de escrever, que «o distingue dos demais falantes da mesma língua» (Sousa-Silva, 2009, p. 577). O idioleto constitui o conjunto de possíveis enunciados que um falante pode utilizar para comunicar com outro falante (McMenamin, 2002, p. 112). Deste modo, o idioleto de determinado autor varia relativamente ao idioleto de outro autor, embora continuem a partilhar o mesmo sistema linguístico.

Ao longo da sua vida, os falantes de uma língua vão construindo um léxico próprio, que é distinto do léxico utilizado pelos restantes falantes da mesma língua (Sousa-Silva, 2009); de modo idêntico, os falantes fazem uma utilização própria da gramática que aprenderam. Estes modos idiossincráticos de utilização do léxico e da gramática (um “léxico” e uma “gramática” próprios) manifestam-se através de determinadas “preferências” (muitas das quais, inconscientes), que se revelam na seleção de determinado vocábulo ou de determinada componente gramatical em detrimento de outros.

De acordo com Coulthard & Johnson (2007), cada falante possui uma versão própria da sua língua, que é individual e distinta da de qualquer outro falante. Por outras palavras, cada falante possui o seu idioleto, que será manifestado através de escolhas idiossincráticas que faz, tanto ao nível do discurso, como da escrita. Deste modo, o idioleto constitui uma variação da língua desenvolvida por um falante como um conjunto

de características linguísticas agrupadas de forma única e que podem ser observadas durante a sua utilização (Bloch cit. in McMenamin, 2010, p. 487).

Poder-se-á, também, relacionar o conceito de idioleto com o conceito de *parole* (Saussure, 1999), na medida em que constitui um fenómeno linguístico que se relaciona com a esfera individual do autor (McMenamin, 2002). Deste modo, o idioleto constitui uma combinação inconsciente e única do conhecimento linguístico do falante, incluindo associações cognitivas e influências extra-linguísticas (McMenamin, 2002, p. 53).

Neste sentido, Coulthard & Johnson (2007) defendem que pode utilizar-se o conceito de idioleto como sinónimo de «impressão digital linguística» (Coulthard & Johnson, 2007, p. 161), ou seja, as escolhas linguísticas de um falante podem ser utilizadas para identificar esse mesmo falante. No entanto, os mesmos autores também referem que a utilização desta metáfora pode conduzir a conceções erradas da linguística enquanto ciência forense, nomeadamente pelo facto de poder sugerir a possibilidade de uma pequena amostra de texto de um qualquer falante permitir identificar esse falante. Este não é um cenário possível em linguística forense, uma vez que não seria viável criar bases de dados em que constassem os idioletos de todos os falantes de todas as línguas e que permitisse contrastar um determinado texto com esses milhões de idioletos. Além disso, contrariamente ao que acontece com as impressões digitais, em que uma amostra parcial é suficiente para identificar o indivíduo, na linguística é preciso um volume de texto considerável. Este é, aliás, um dos principais desafios da linguística forense, uma vez que o linguista tem muitas vezes que trabalhar com o reduzido volume de texto disponível (Coulthard & Johnson, 2007, p. 161-162). Por conseguinte, como afirmam Coulthard & Johnson (2007), as amostras textuais fornecem pistas importantes que permitem reduzir consideravelmente o número de autores suspeitos. Deste modo, o linguista forense nunca terá de identificar um autor entre o universo total de falantes de uma determinada língua, mas sim entre um número reduzido de possibilidades (Coulthard & Johnson, 2007, p. 162), uma vez que, antes de realizar a análise, o linguista terá acesso a um número limitado de possíveis autores.

Turell (2010) defende a utilização do conceito de *estilo idioletal*, que difere do conceito de idioleto. O conceito proposto por Turell (2010) tem o seu foco «no uso que o

indivíduo faz do sistema linguístico que partilha com a sua comunidade» (Teles, 2015, p. 18). O estilo idioletal assenta em três conceitos centrais (Turell, 2010: 217): a forma como um sistema, partilhado por vários indivíduos, é utilizado de forma distinta por um indivíduo em particular; a produção do falante, que é individual e única; a proposta de opções e seleção dessas opções, proposta por Halliday (1989). Deste modo, a identificação do estilo idioletal de determinado autor assenta em grande parte na variação linguística registada no estilo de determinado falante, o que corresponderá a uma variação entre o estilo desse falante e o estilo de outro falante, ainda que ambos partilhem a mesma língua e até o mesmo dialeto. Importa referir que, para estudar o estilo idioletal de determinado falante, é necessário proceder a um levantamento e análise de marcadores de autoria obtidos a partir das amostras textuais. Por outro lado, é importante notar que o estilo idioletal pode ser determinado pela competência linguística, uma vez que cada falante nativo possui uma forma distinta e individual de se relacionar e de lidar com a linguagem falada e escrita.

Em suma, e como foi referido, cada falante possui um dicionário e uma gramática individuais, compostos por uma «espécie de lista mental de palavras» (Olsson, 2009, p. 37) e regras gramaticais que foram adquiridos ao longo do tempo e que são distintos do dicionário e gramática mentais de todos os outros falantes, e que o fazem ter preferência por determinados elementos linguísticos em detrimento de outros.

2.6.Problemas/ limitações da análise de autoria forense

Uma das principais limitações da análise de autoria consiste no facto de, muitas vezes, o conjunto de textos suspeitos ser reduzido e/ou os textos serem breves, o que pode fazer com que seja mais difícil analisar o estilo do seu autor, por escassez de dados. Além disso, em contexto forense é necessário ter bastante cuidado e moderação ao proceder à identificação de determinado autor como sendo o autor do(s) texto(s) suspeito(s), uma vez que uma pequena falha pode condenar um inocente (ou inocentar um criminoso). Colocam-se, assim, diversos desafios éticos ao trabalho do linguista.

Em relação às maiores dificuldades da estilometria, temos o facto de existir alguma dificuldade em quantificar aspetos da linguagem e determinar o seu verdadeiro

peso, bem como em obter termos de comparação. Além disso, por vezes, a contagem de palavras torna-se demorada e trabalhosa (sobretudo se realizada manualmente), uma vez que, normalmente, a estilometria é utilizada em textos extensos, podendo os dados não ser suficientes para uma quantificação estatística válida.

Numa situação ideal, antes de se proceder à medição e à análise das características do idioleto de determinado autor, é importante dispor de uma quantidade substancial de textos. Para isso, deverá existir um volume considerável de textos conhecidos, como um texto longo ou vários textos mais curtos, consistentes entre si. Além disso, o volume de textos em análise deverá ter sido escrito anteriormente, de forma a evitar tentativas conscientes de manipulação. No entanto, o mais comum é ser necessário trabalhar com textos curtos ou com pouca quantidade de texto (Chaski, 2001). No caso de não ser possível encontrar textos escritos anteriormente pelo suspeito, torna-se necessário solicitar ao suspeito o exercício de escrita, sendo de notar que esta não é a situação ideal, por permitir que o suspeito tente forjar o exercício de autoria. Contudo, mesmo que o suspeito tente forjar ou manipular a autoria, é bastante difícil conseguir fazê-lo ao longo de todo o texto, como justifica McMenemy (2002).

2.7. A Linguística Forense no contexto português

No contexto português, os primeiros trabalhos em áreas da linguística próximas das aplicações forenses, ainda que não estreitamente de linguística forense, foram desenvolvidos, essencialmente, na área da fonética forense, nomeadamente, da fonética acústica, com Maria Raquel Delgado-Martins. Este trabalho foi continuado por Fernando Martins, que criou o Núcleo de Investigação em Fonética Forense (NIFF), que tem como principal objetivo «fazer investigação tendente a melhorar o grau de fiabilidade dos resultados das perícias fonéticas» (Martins *et al.*, 2013, p. 1), nomeadamente no que diz respeito à discriminação da voz humana. Este grupo tem desenvolvido trabalhos como *Fronteras do vozeamento na identificação do falante* (Martins *et al.*, 2014), em que se testa um traço fonético como método de identificação. Também Gillier (2011), na sua Tese de Mestrado, analisou os efeitos que o disfarce na voz provoca na sua frequência fundamental.

Em 2005, Rodrigues publicou *Contributos para a análise da linguagem jurídica e da interação verbal na sala de audiências*, em que aborda questões relacionadas com a linguagem utilizada em Tribunal e em contexto jurídico, bem como os problemas e dificuldades de comunicação que esta pode originar. Estudou, também, a forma como a análise da linguagem jurídica pode auxiliar o processo jurídico, nomeadamente, de forma a assegurar os direitos de cidadãos com uma língua materna distinta.

A área da linguística forense, como tal, em Portugal é mais recente. Sousa-Silva publicou, em 2013, a sua Dissertação *Detecting Plagiarism in the Forensic Linguistics Turn*, no âmbito da deteção de plágio, que constituiu um marco para o estudo de questões de autoria em textos não literários. Sousa-Silva (2013) também utilizou ferramentas da linguística computacional, bem como métodos estatísticos, aliadas à deteção de plágio e a plataformas *online*, recorrendo a traços estilísticos para proceder à análise de autoria, obtendo, desta forma, resultados bastante expressivos, como reconhece Teles (2015). Porém, os primeiros trabalhos de Sousa-Silva especificamente na área de análise de autoria forense datam de 2009 (“Riqueza lexical como critério de deteção de autoria”), a que se seguiram trabalhos de investigação na análise de autoria de editoriais de jornais em português (Sousa-Silva *et al*, 2010) e atribuição de tweets (Sousa-Silva *et. al*, 2011) – estes dois últimos com uma componente de linguística computacional.

Mais recentemente, Malcolm Coulthard e Rui Sousa-Silva iniciaram a publicação da revista *Language and Law/Linguagem e Direito*, em 2014, que é publicada semestralmente pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e pela Universidade Federal de Santa Catarina. A revista acolhe trabalhos nas três subáreas da linguística forense, isto é, em toda a área da linguística forense, no seu sentido lato. Esses artigos encontram-se redigidos em português ou em inglês, sendo os resumos de todos os artigos publicados nas duas línguas. Os seus principais objetivos são incentivar o aumento da investigação científica na área da linguística forense e da linguagem e direito, contribuindo para a sua divulgação.

Por último, importa salientar que a linguística forense é uma área ainda em desenvolvimento em Portugal, apesar de todo o trabalho que tem vindo a ser realizado ao longo dos últimos anos; daí o interesse de estudos como o presente, que poderão contribuir, ainda que modestamente, para aumentar o volume de investigação disponível.

Atendendo aos pressupostos teóricos e conceitos apresentados até aqui, com este trabalho pretende-se, através da utilização de uma análise essencialmente qualitativa, proceder à atribuição de autoria de um texto, tendo como ponto de partida a análise dos marcadores estilísticos de dois conjuntos de textos de autores diferentes.

3. Metodologia

3.1. Introdução

Com este capítulo pretende-se descrever os procedimentos seguidos de modo a responder às questões-problema enunciadas na secção 1 deste trabalho. Depois desta secção introdutória (3.1.), faz-se uma apresentação do caso em análise (3.2.). Seguidamente, faz-se uma descrição da investigação (3.3.). Depois, apresentam-se os tipos de análise mais utilizados em estudos de autoria em linguística forense, nomeadamente a análise qualitativa e quantitativa, explicando-se o motivo da opção por uma análise, essencialmente, qualitativa (3.4.).

3.2. O caso do texto *Momentos de Lucidez*

A 12 de janeiro de 2009, foi publicada uma reflexão/ crónica no blogue “5 dias”, assinada por Ricardo Santos Pinto. Após esta publicação, gerou-se uma polémica, uma vez que houve quem suspeitasse que o verdadeiro autor do texto não seria Ricardo Santos Pinto, mas sim Clara Ferreira Alves – embora esta última sempre o tenha negado:

Nota: Circula na net e na blogosfera um falso texto com a minha assinatura, que aparece como tendo sido publicado no Expresso, e que é um enunciado de injúrias a Mário Soares. O falsificador, anónimo, usou o meu nome para caluniar.

(Alves in *Expresso*, 2009)

Assim, segundo Clara Ferreira Alves, o título do texto *Este é o maior fracasso da Democracia Portuguesa* constitui uma frase de um texto seu de 2007, intitulado *A Justiça criminosa*, e não o título de um artigo da sua autoria:

(...) Este é o maior fracasso da democracia portuguesa e contra isto o PS e o PSD que fizeram? Assinaram um iníquo pacto de justiça.

(Alves in *Expresso*, 2007)

A 4 de maio de 2009, no final de uma crónica no *Expresso*, intitulada *Civilização ferida*, Clara Ferreira Alves escreveu, também, a seguinte nota:

Nota: Circula na net e na blogosfera um falso texto com a minha assinatura, que aparece como tendo sido publicado no Expresso, e que é um enunciado de injúrias a Mário Soares. O falsificador, anónimo, usou o meu nome para caluniar.

Já a 16 de abril, de 2011, Clara Ferreira Alves escreveu uma crónica inteira sobre o caso (Anexo III), da qual consta o seguinte texto:

Circula na net como um vírus um texto com o título ESTE É O MAIOR FRACASSO DA DEMOCRACIA PORTUGUESA, falsamente assinado por mim e falsamente publicado no Expresso. O texto começou a circular há cerca de dois anos e apesar dos desmentidos que entretanto fiz, tanto no programa "Eixo do Mal" como numa nota nesta coluna, o texto continua a circular e continuo a receber mails tanto de admiradores (!) do texto como de leitores que acham surpreendente o ataque a um amigo meu (...)

(Alves in *Expresso*, 2011)

Desta forma, e tendo em conta toda a polémica gerada a partir deste caso, tentar-se-á perceber, ao longo das próximas secções, qual dos autores poderá ter escrito o texto *Momentos de Lucidez*.

3.3.Descrição da investigação

Em grande parte dos casos de análise de autoria, torna-se difícil encontrar amostras textuais de tipos e géneros textuais idênticos, que tenham sido redigidas no mesmo contexto e de natureza semelhante, ou seja, com um grau de formalidade semelhante e que se dirijam ao mesmo destinatário. Deste modo, num cenário ideal, deverá encontrar-se textos que variem o menos possível no que toca a estas variáveis e que sejam textos da mesma natureza, de forma a facilitar a sua comparação. Porém, em

contexto forense, este é um cenário difícil de ser concretizado. Se o texto de autoria questionada, ou desconhecida, for, por exemplo, uma carta de suicídio, muito provavelmente os linguistas forenses não conseguirão encontrar outras cartas de suicídio do mesmo autor para proceder à comparação (Almeida, 2015, p. 19). No entanto, no que diz respeito a esta investigação, como as amostras textuais são relativas a textos publicados em *blogs* e em jornais, tornou-se mais fácil recolher textos com temas semelhantes e que se dirigissem ao mesmo destinatário.

Para esta análise de autoria, recolheram-se três textos da autoria de Clara Ferreira Alves, publicados no *Jornal Expresso* em 2009, bem como três textos de Ricardo Santos Pinto, também publicados em 2009, mas num *blogue*, perfazendo, assim, seis textos de autoria conhecida. Estes dois conjuntos de textos são tomados como modelo de referência. O Texto questionado é o texto cuja autoria se pretende verificar. É importante notar que todos os textos já haviam sido escritos anteriormente, não tendo sido alvo de investigação forense, uma vez que, apesar das questões de autoria levantadas, não houve denúncia legal. Optou-se por textos reais com, aproximadamente, a mesma data, de forma a que a cronologia da escrita fosse o mais próximo possível relativamente ao texto de autoria questionada, no sentido de evitar variações intra-autor no estilo de escrita, decorrentes de fatores diacrónicos. Assim, ambos os conjuntos de textos, tanto de Clara Ferreira Alves, daqui para a frente referida como Autor A, como de Ricardo Santos Pinto, doravante referido como Autor B, datam de 2009 e têm como enfoque a temática política. Além disso, foram publicados em meios próximos.

As etapas seguidas nesta investigação foram as seguintes: depois de efetuada a recolha dos textos que constituirão o *corpus* de análise, procedeu-se à identificação dos marcadores estilísticos que caracterizam o estilo de cada um dos autores. Após a análise e comparação dos diferentes conjuntos de textos, tentámos perceber, face aos referidos marcadores, qual dos autores poderá ter escrito o texto em estudo (designando-se daqui em diante por texto X). Tornou-se necessário analisar os desvios e variações ocorridos, tanto nos dois conjuntos de textos de autoria conhecida, como no texto de autoria questionada, indo, desta forma, ao encontro do que é defendido pelas metodologias internacionalmente em vigor e aceites pelos pares como forma de excluir ou identificar o possível autor do texto de autoria questionada. Neste contexto, fez-se a análise dos

marcadores estilísticos, tendo em conta, essencialmente, dois aspetos: desvios em relação à norma utilizada pelo falante como, por exemplo, erros; e variações no estilo de escrita dos falantes, dentro da norma vigente.

Depois de observar os critérios referidos, tornou-se necessário descrever as características presentes nos textos em análise para, assim, se proceder à descrição das suas características estilísticas e traços idioletais. Assim, procurou-se identificar padrões presentes, tanto no texto de autoria desconhecida, como nos textos de autoria conhecida, tendo em conta aspetos sintáticos, semânticos, lexicais, ortográficos, assim como pontuação e formato do documento.

Seguidamente, fez-se uma inventariação de todas as variações encontradas, tanto nos textos conhecidos, como no texto suspeito, o que permitiu identificar a variação padrão presente neste último. Tendo em conta a combinação de marcas estilísticas dos autores, que os individualizem e que permitam comparar ou contrastar porções de texto, foi importante encontrar mais do que um marcador, uma vez que é muito pouco provável que se consiga fazer a atribuição de autoria através de apenas um marcador estilístico.

Em suma, para se proceder a esta análise de autoria, utilizou-se, então, alguns elementos linguísticos considerados marcadores estilísticos por McMenamin (2002):

- Pontuação;
- Grafia das palavras, incluindo variações padrão, “gralhas” e/ ou erros;
- Sintaxe (estrutura das frases, coordenação, subordinação);
- Variação lexical (escolha de palavras);
- Variação funcional na utilização da linguagem (correspondência entre estrutura e função);
- Interferência de outras línguas.

3.4. Análise qualitativa e análise quantitativa

De forma a proceder à análise de autoria de determinado texto, pode optar-se por uma análise quantitativa ou qualitativa; estas duas, naquilo que se considera uma abordagem mista, são, muitas vezes, utilizadas complementarmente para a identificação

da presença/ ausência de marcadores estilísticos nos textos de autoria conhecida, bem como nos de autoria questionada (McMenamin, 2002). Nos últimos anos, sempre que possível, tem-se optado, para efeitos de análise de autoria, por uma metodologia mista, de forma a tentar obter marcadores estilísticos mais discriminatórios e que possam ser utilizados em mais situações, aumentando, assim, a fiabilidade dos resultados. A análise qualitativa baseia-se, essencialmente, na descrição e avaliação de elementos linguísticos, que vão permitir a expressão de conclusões de forma gradativa; a análise quantitativa procede à medição da variação na língua escrita, tornando-se, para isso, necessário quantificar os marcadores estilométricos de cada autor (Azzariti *et al.*, 2014). Permite, também, realizar a quantificação da variação na escrita, através da medição e cálculo da ocorrência de determinados marcadores, nomeadamente a sua frequência relativa.

Com efeito, a análise qualitativa é essencial e serve de base para uma análise quantitativa, uma vez que é necessário descrever e categorizar os elementos linguísticos (McMenamin, 2002) antes de os contabilizar. Muitas vezes, a análise qualitativa é preferível à análise quantitativa, uma vez que a primeira torna-se, de certa forma, mais fácil de demonstrar (McMenamin, 2010), visto que não assenta em princípios matemáticos, mas em probabilidades qualitativas. Torna-se necessário acrescentar que, se for realizada uma análise sistemática, através de dados que derivam da observação, métodos de descrição, análise e interpretação de resultados, a análise qualitativa pode ser suficientemente rigorosa.

Assim, neste trabalho, procedeu-se a uma análise de material textual de autoria conhecida, bem como de um texto cuja autoria chegou a ser questionada, de forma a tentar encontrar marcadores linguísticos idiossincráticos que suportem a base das conclusões da análise. Apesar de este tipo de análise ser considerado, por alguns críticos, como sendo menos objetivo (McMenamin, 2010), optou-se por este tipo de análise atendendo ao tamanho relativamente reduzido dos textos, que não permitem a quantificação e medição de marcadores estilísticos de forma estatisticamente significativa. Além disso, um estudo qualitativo permite perceber que formas são utilizadas por determinado autor, bem como retirar possíveis explicações para a sua utilização.

4. Análise e resultados

Neste capítulo, numa primeira parte, é feita a apresentação dos dados dos textos de autoria conhecida (4.1). A análise dos textos de autoria conhecida teve por base os seguintes marcadores estilísticos:

- Estatísticas de texto;
- Macroestrutura;
- Utilização de advérbios terminados em *–mente*;
- Sintaxe verbal;
- Utilização de modificador apositivo do nome;
- Adjetivação;
- Erros ortográficos e “gralhas”;
- Numeração;
- Pontuação;
- Utilização da partícula “que” enquanto conjunção substantiva completiva ou enquanto pronome relativo;
- Utilização de orações parentéticas;
- Utilização de estrangeirismos.

Numa segunda parte (4.2.), proceder-se-á ao estudo e análise do texto cuja autoria se pretende identificar, a partir dos mesmos marcadores estilísticos. Por fim, proceder-se-á à discussão de resultados (4.3.). Nesta secção tentar-se-á, ainda, perceber qual dos dois autores em análise terá escrito o Texto X.

4.1. Os textos de autoria conhecida

4.1.1. Estatísticas de texto

Embora tenhamos optado, neste trabalho, por não fazer uma análise quantitativa dos padrões linguísticos realçados nos textos analisados, consideramos importante extrair estatísticas genéricas de texto, em virtude de estas nos proporcionarem uma panorâmica geral de padrões simples que ocorrem nos textos. Assim, recorrendo à análise dos conjuntos de textos de autoria conhecida, identificados como A e B, foi possível verificar

que, no que diz respeito às estatísticas de texto, nomeadamente no que concerne ao formato e organização do documento, os textos do Autor B são mais extensos, sendo que o número de palavras é superior à dos textos do Autor A. Relativamente ao número de parágrafos, os textos do autor B, excetuando o texto 3, apresentam um número de parágrafos consideravelmente superior aos do Autor A, conforme podemos verificar nas tabelas seguintes:

Tabela 1 – Número de parágrafos e de palavras nos textos do Autor A e do Autor B

	Autor A			Autor B		
	Texto 1	Texto 2	Texto 3	Texto 1	Texto 2	Texto 3
Número de parágrafos	7	7	10	21	22	7
Número de palavras	797	794	810	908	1115	1050

Tabela 2 – Média de palavras por texto

	Média de palavras por texto
Autor A	$(797+794+810)/3=2401/3\approx 800,3$
Autor B	$(908+1115+1050)/3=3073/3\approx 1024,3$

Um fator passível de influenciar estas estatísticas de texto simples é o género textual. Neste caso, estamos perante textos publicados em meios diferentes (jornal e blog), com requisitos distintos. Deveremos destacar, nomeadamente, que, enquanto o blog é um meio que permite a escrita de texto livremente, o jornal impõe restrições, como sejam a limitação do número de caracteres. Porém, neste caso, descarta-se a possibilidade de as diferenças registadas ocorrerem em resultado da diferença de meio de publicação, uma vez que, mesmo os textos que são publicados pelo mesmo autor em meios diferentes, apresentam estatísticas idênticas. Somos, por conseguinte, levados a considerar que se trata de uma opção do autor, e não de uma imposição do género.

4.1.2. Macroestrutura

No que diz respeito à macroestrutura dos textos em análise, verificou-se que, em dois dos três textos do Autor A, estão presentes subtítulos: «Comer melhor não significa comer mais caro. Significa tempo e paciência» e «Digam-nos o que podemos fazer pela nossa cidade», enquanto nos textos do Autor B não foi encontrado nenhum subtítulo. Além disso, não se verificou nenhuma estrutura de abertura e/ ou fecho, ou qualquer tipo

de vocativo. Num primeiro momento, poderia supor-se que a presença de subtítulo estaria relacionada com parâmetros ditados pela publicação, ou pelo próprio jornal do qual os textos deste Autor foram recolhidos. No entanto, constatou-se que, de entre o conjunto dos três textos publicados no mesmo ano, apenas dois possuíam subtítulo.

Nos textos do Autor B pode notar-se a repetição de palavras e expressões, nomeadamente em início de frase, que constituem paralelismos estruturais, como, por exemplo: «O que não disse José Sócrates», que está presente cinco vezes em início de frase; «Em Gondomar», que está presente nove vezes no início de frases. Além das referidas, verificam-se, ainda, repetições lexicais: «(...) *seja* por que motivo for, não recebem – *seja* por uma consulta médica, *seja* pela morte de um familiar, *seja* por assistência a um filho menor, *seja* pela realização de uma ecografia pré-parto, *seja* simplesmente porque é feriado (...); «Claro que, para toda a gente, (...), Para toda a gente, (...); «(...) a apresentação de modelos alternativos (...). A Fenprof já apresentou um modelo alternativo. (...) Vão continuar a dizer que não conhecem nenhum modelo alternativo (...)?»; «(...) professores da Finlândia. (...) o finlandês? (...) na Finlândia! (...) modelo finlandês.»; «(...) partiu da sua cabeça. (...) Da sua cabeça (...); «Lembro-me como (...) Lembro-me que (...). Lembro-me que (...). Lembro-me que (...); «Não precisava de leis (...). Não precisava de avaliações (...). Não precisava de agradecimentos (...) não precisava de ser insultado (...). Nem precisava de generalizações (...); «Aos que pensam que todos os professores são iguais, aos que pensam que (...); «Olhem que não é fácil, não é nada fácil»; «(...) a ministra veio pedir desculpas (...) devia era ter pedido desculpa (...); «(...) faz muito mais em condições muito mais difíceis»; «(...) comparar ensino privado (...) com ensino público (...). Mas já se pode comparar (...); «Mais do que as medidas, mais do que os resultados (...); «(...) não nutro grande simpatia (...). Aliás, não nutro simpatia nenhuma»; «(...) não se esqueceu de dizer. Só se esqueceu de (...); «Toda a sua política é de Direita, mas uma Direita à direita (...); «Ri-se como um perdido (...) Ri-se sempre»; «(...) esqueletos mal guardados e mal conservados» e «(...) posteriormente demitido (...) posteriormente condenado (...).

Também nos textos do Autor B, é de notar a utilização de expressões de cunho mais coloquial, ou que apresentam marcas de oralidade, como por exemplo: «Assim mesmo, com todas as letras»; «(...) essa tal de Deborah Roseveare»; «Azarito»; «(...)

sacrossantas AEC's»; «(...) a jóia da coroa da Ministra da Educação»; «(...) compram-no do próprio bolso»; «Escusado será dizer que (...)»; «Rico exemplo, o de Gondomar, sim senhor (...)»; «Para o senhor Major não ficar aborrecido comigo»; «(...) para toda a gente (...)» (2x); «Ai, ai, esse grande país (...)»; «Vão continuar a dizer que não conhecem (...)»; «Cá por mim, e apesar de não ter nada que andar a apresentar (...)»; «(...) chumbos (...)»; «No meio disto tudo, faça-se justiça à ministra»; «Nada disto partiu da sua cabeça»; «Da sua cabeça saiu, (...)»; «A forma como me «pintou» aos olhos da sociedade (...)»; «(...) juntaram 40 contos (era dinheiro em 1996!) (...)», «(...) metidos dentro do mesmo saco»; «Olhem que não é fácil, não é nada fácil»; «(...) devia era ter pedido desculpa (...)»; «(...) os alunos são seleccionados à lupa»; «(...) os professorzecos (...)»; «do que eu gosto mesmo é de malhar no Governo»; «achincalhando»; «atiçando»; «bufos do regime»; «ri-se como um perdido»; «não param de sair esqueletos mal guardados e mal conservados»; «licenciatura manhosa»; «kalimero» e «Mas também, quem é que o queria?».

4.1.3. Utilização de advérbios terminados em *-mente*

Relativamente à utilização de advérbios terminados em *-mente*, esta característica foi considerada um marcador, uma vez que é consistente nos três textos do Autor B e é distintiva relativamente aos textos do Autor A, em que ocorre com frequência menor. O Autor A utiliza apenas dois advérbios terminados em *-mente* no conjunto dos três textos: «ordeiramente» e «admiravelmente», ao contrário do Autor B, que, no conjunto dos três textos, utiliza treze advérbios terminados em *-mente*: «descaradamente», «graficamente», «meramente», «exactamente» (2x), «pessoalmente», «diariamente», «realmente», «legalmente», «juntamente», «posteriormente» (2x) e «misteriosamente». Assim:

Tabela 3 – Advérbios terminados em *-mente*

	Total de palavras	Total de advérbios terminados em <i>-mente</i>	Percentagem
Autor A	2401	2	0,08%
Autor B	3073	13	0,42%

Torna-se importante realçar, neste ponto, a localização destes advérbios, consoante se encontram antecédidos de verbo ou seguidos de adjetivo. Desta forma:

Tabela 4 – Posição dos advérbios terminados em *-mente* nos textos do Autor B

Antecedidos de verbo	«mentiu <i>descaradamente</i> », «foi executado <i>graficamente</i> », «é <i>exactamente</i> », «servindo <i>exactamente</i> », «ser insultado <i>diariamente</i> », «podiam <i>legalmente</i> », «desaparecerem <i>misteriosamente</i> »
Seguido de adjetivo	« <i>meramente</i> partidários», « <i>realmente</i> importante»

Importa referir que se encontram, ainda, presentes dois advérbios que se encontram numa oração parentética: «Armando Vara (*posteriormente (...)*)», «Virgílio Ferreira (*posteriormente (...)*)», um advérbio de modo («*Pessoalmente (...)*») que se encontra em início de frase e o advérbio «*juntamente*», que é precedido de vírgula («*(...)* da qual não se lembra, *juntamente* com *(...)*»).

4.1.4. Sintaxe verbal

Outro aspeto analisado foi a sintaxe verbal, por se considerar que a utilização de determinados tempos e modos verbais em detrimento de outros constitui um marcador importante, uma vez que, como veremos a seguir, a utilização da sintaxe verbal é diferente nos dois autores. Neste aspeto, o Autor A faz, essencialmente, uso de tempos verbais simples, como o presente, o pretérito perfeito e o pretérito imperfeito do indicativo «Tornei-me», «gosta», «estão», «prometo», «volta», «compra», «aprecia», «provou», «devia», «existiam», «pagavam», «cuidavam», «descobriam», «manejavam», «votamos», «deambulam». Assim, a percentagem de tempos verbais simples no conjunto dos textos, relativamente ao número total de palavras do Autor A, é de cerca de 7,83%.

Tabela 5 – Formas verbais simples

	Total de palavras	Total de formas verbais simples	Percentagem
Autor A	2401	188	7,83%
Autor B	3073	181	5,89%

O Autor A utiliza, também, três tempos verbais no modo conjuntivo: «fosse», «seja» e «comecem», o que corresponde a uma percentagem de cerca de 0,12%, bem como uma grande quantidade de formas verbais no infinitivo: «desrespeitar», «ser», «recuperar», «respeitar» (2x), «deitar», «consertar», «poupar», «comprar», «escrever», «ler», «mexer», «cozinhar», «contratar», «afiar», «precisar», «queimar», «fazer», «comer» (4x), «ver», «preparar», «gostar» e «acontecer», o que corresponde a uma percentagem de cerca de 0,84%.

Nos textos do Autor A, estão presentes cinco formas verbais no modo imperativo: «digam-nos» (2x), «digam», «digam-me», «deixem», correspondendo a uma percentagem de, aproximadamente, 0,21%, e três no gerúndio, que constituem formas de ligação frásica, neste caso orações subordinadas gerundivas: «forçando», «partilhando» e «sendo», o que equivale a cerca de 0,10%.

O Autor B faz uso de tempos verbais simples, como o presente, o pretérito perfeito e o pretérito imperfeito do indicativo: «mentiu» (2x), «retomo», «fez», «elogiava», «anotou», «referia-se», «tratava», «ouvi», «mente», «disse» (5x), «foi» (4x), «elaborou», «é» (4x), «são», «estão», «aparece», «ouveu», «escreveu», «vivo», «conheço», «lecionam», «conhecem», «recebem» (3x), «trabalham» e «pagam». Assim, como podemos verificar na tabela 5, a percentagem de tempos verbais simples no conjunto dos textos do Autor B é de cerca de 5,89%.

É de notar a presença substancial de formas verbais no infinitivo nos textos do Autor B: «malhar», «justificar», «resolver», «negar», «aproveitar», «saber» (2x), «pintar», «ver», «ter», «controlar», «tomar», «limpar», «servir», «arrumar», «tratar», «melhorar», «ser», «definir», «corresponder», «basear-se», «desenvolver», «ter», «estar», «correr», «encontrar», «pedir», «comparar» e «generalizar», o que corresponde, no total, a cerca de 0,94%.

O Autor B faz, ainda, uso de formas verbais no modo conjuntivo: «faltarem», «haja», «for», «usarem», «incluisse», «acabarem», «reflectirem», «fosse», «estivessem», «cumprimente», correspondendo a aproximadamente 0,33%. Além disso, utiliza seis formas verbais no presente do condicional: «tomariam», «seria», «diriam» (2x), «diriam»

e «ouvir-se-ia», o que corresponde a uma percentagem de cerca de 0,20% . Em relação a esta última forma verbal, embora constituindo uma forma bastante marcada, uma vez que não está presente em mais nenhum texto, não pode ser considerada como marcador, dada a sua ocorrência pontual.

Nos três textos do Autor B surgem cinco ocorrências de gerúndio: «perturbando», «sendo», «responsabilizando-me», «foram sendo», «foram desaparecendo», o que equivale a cerca de 0,16%. Além disso, o Autor B utiliza formas compostas: «têm faltado», «seria avaliada», «estava prometida», «foram sendo implementadas», «foi derrotada», «era vendido», «foram baseadas», «foi executado», «foram ouvidos», «tem destacado», «são dadas», «terão percebido», «tinham acabado», «ser julgado», «foi chamado», «foi eleito», «tenha feito». O recurso a estes acontece menos vezes nos textos do Autor A: «eram delegadas», «eram distribuídas», «tinham nascido», «tinha sido inventada». Esta diferença entre a percentagem da utilização de formas compostas no Autor A e no Autor B pode ser exemplificada da seguinte forma:

Tabela 6 – Formas compostas

	Total de palavras	Total de formas verbais compostas	Percentagem
Autor A	2401	4	0,17%
Autor B	3073	17	0,55%

Ainda no que respeita aos tempos compostos, o Autor B utiliza, preferencialmente, os verbos “ser” e “ter” como auxiliares, revelando apenas uma ocorrência com o verbo auxiliar “estar”, em «estava prometida», em vez de, por exemplo, o verbo “haver”.

Importa salientar que, tanto o Autor A, como o Autor B utilizam várias formas verbais no particípio passado de forma semelhante, como podemos verificar:

Tabela 7 – Utilização do particípio passado dos verbos nos textos dos Autores A e B

Autor A	Autor B
«desconstruída», «desconstruído», «ressuscitado», «confundido», «escondido», «reconhecidas», «entendido», «batida», «Espalmado», «contrabandeada», «esboçada», «ordenado», «bafejado», «apertados», «desrespeitadas», «substituídas», «delegadas», «distribuídas», «nascido», «tinha sido inventada», «chamado» (2x), «reflectidas», «espraiado», «desnorteadas», «forjado», «derretido», «rutilada», «empoleirada», «alinhados», «feita»	«encomendado», «vendido», «baseadas», «elaborado», «executado», «ouvidos», «destacado», «renovados», «dadas», «transformadas», «acabado», «propalado e elogiado», «querem ser avaliados», «faltado», «quero ser avaliado», «prometida», «insultado», «responsabilizado», «tivessem de ser metidos», «devia era ter pedido», «foram sendo implementadas», «derrotada», «percebido», «acabado de receber», «desejado» (2x), «guardados», «conservados», «julgado», «chamado», «condenado», «estendido», «eleito», «feito»

Esta utilização do particípio passado por ambos os autores de forma semelhante justifica a utilização da construção passiva nos dois casos, como em «relatório *encomendado* pelo Governo», «as conclusões do relatório *foram baseadas* num relatório prévio *elaborado* pelo Ministério da Educação», «(...) que *foi executado*», «*foram ouvidos* sete concelhos portugueses», «contratos de nove meses *renovados* ou não todos os anos», «as aulas *são dadas*», «salas de aula *transformadas*», «visita de estudo que lhes *estava prometida*», «quem não cumpria e por isso tinha de *ser responsabilizado*», «todos tivessem de *ser metidos*», «as medidas de Maria de Lurdes Rodrigues *foram sendo implementadas*», «E por isso *foi derrotada*», «esqueletos mal *guardados e conservados*», «ele também já *foi chamado* a depor», «Virgílio Ferreira (posteriormente *condenado* (...))», «*foi eleito*», «saudosos Laurodórmio (*ressuscitado* (...))», «restaurantezinho familiar *escondido*», «*espalmado* em fatias de pão de trigo», «novela de cordel *contrabandeada*». Por conseguinte, considera-se que este aspeto não é distintivo.

Tabela 8 – Comparação da sintaxe verbal entre o Autor A e o Autor B

Autor A	Autor B
Utiliza tempos verbais simples, como o presente, pretérito perfeito e pretérito imperfeito $\approx 7,83\%$	Utiliza tempos verbais simples, como o presente, pretérito perfeito e pretérito imperfeito $\approx 5,89\%$
	6 formas verbais no presente do condicional
3 formas verbais no modo conjuntivo	10 formas verbais no modo conjuntivo
26 formas verbais no infinitivo	29 formas verbais no infinitivo
5 formas verbais no modo imperativo	
3 formas verbais no gerúndio	5 formas verbais no gerúndio
Utilização de tempos verbais compostos em menor frequência $\approx 0,17\%$	Utilização de tempos verbais compostos em maior frequência $\approx 0,55\%$
Utilização do particípio passado de forma semelhante	

4.1.5. Utilização de modificador apositivo do nome

Torna-se necessário notar a presença de modificador apositivo do nome entre vírgulas, ou entre parênteses, nos textos do Autor B, sendo esta uma característica bastante marcante nos textos deste Autor: «No «site» do PS, *como muito bem anotou o Carlos Vidal, (...)»*, «João Formosinho, *grande defensor das políticas do Ministério, Isabel Alçada, directora do Plano Nacional de Leitura, com sede na 5 de Outubro, e personalidade muito próxima do Governo, Rosa Martins e Lucília Salgado»*, «sete concelhos portugueses, *dos quais seis são presididos pelo PS»*, «Actividades de Enriquecimento Curricular, *a jóia da coroa da Ministra da Educação.»*, «outros concelhos, *como Cinfães (também PS),»* «professores e sindicalistas *(as centenas que há anos não entram numa sala de aula e que, em nome dos professores, assinam entendimentos com fins meramente partidários e que vendem os seus representados à primeira oportunidade)»*, «duas aulas, *uma sobre a actividade desenvolvida no período anterior (...) e outra sobre o(s) projecto(s) a desenvolver no período trianual seguinte,»*, «Cá por mim, *e apesar de não ter nada que andar a apresentar modelos de avaliação (sou professor, não político ou sindicalista),»*, «ensino privado *(onde os alunos são seleccionados à lupa)»*, «Considero-o mesmo muito fraco, *tanto o primeiro-ministro como*

os restantes ministros», «Primeiro-Ministro, José Sócrates», «o Código Laboral, muito mais agressivo para os trabalhadores do que o Código de Bagão Félix», «uma empresa, a Sovenco», «Armando Vara (posteriormente demitido do Governo devido às falcatruas da Fundação para a Prevenção e Segurança)», «Virgílio Ferreira (posteriormente condenado a prisão por corrupção no Centro de Exames de Tábua)», «Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado», «Ministro de Estado e das Finanças, Teixeira dos Santos», «Armando Vara, um simples caixa», «Ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira», «Ministro da Defesa, Nuno Severiano Teixeira».

Já no conjunto de textos do Autor A, a percentagem de utilização destes modificadores apositivos do nome é menor do que no Autor B, senão vejamos: «“Rosa do Adro”, *uma novela de cordel contrabandeada nas traseiras*», «Rosa do Adro, *esboçada a carvão*», «as pessoas, *no rescaldo de duas guerras mundiais*» e «comida orgânica, *sem aditivos nem conservantes, sem químicos, nem pesticidas*».

4.1.6. Adjetivação

Relativamente ao uso de adjetivação, embora ambos os autores utilizem um número bastante elevado de adjetivos, esta utilização é mais notória no Autor A, com cerca de 38 adjetivos qualificativos por texto, correspondendo a cerca de 4,79% relativamente ao Autor B, em que existe uma utilização média de 27 adjetivos por texto, equivalente a cerca de 2,67%. É importante notar que, por vezes, surge um adjetivo que precede o nome e outro que o sucede, como, no caso do Autor B, em «grandes obras públicas» e «excelente Inglês Técnico». No caso dos textos do Autor A, existe apenas um exemplo deste tipo, no entanto consiste numa forma marcada. Para Cunha & Cintra (2015), a ordem direta, ou seja, com o adjetivo à direita do nome, prepondera relativamente à ordem inversa, sendo que o adjetivo posposto possui um valor mais objetivo, enquanto o adjetivo à esquerda do nome confere um valor mais subjetivo, o que também é determinado pela natureza do adjetivo em questão. No entanto, é importante notar que, em alguns destes casos, a ordem dos adjetivos é determinada pelo facto de se tratarem de adjetivos relacionais.

Porém, no caso dos autores em análise, a posição ocupada pelos adjetivos relativamente ao nome é semelhante, ou seja, o adjetivo é, preferencialmente, colocado à direita do nome, senão vejamos:

Tabela 9 – Posição do adjetivo relativamente ao nome, nos textos do Autor A

Autor A	
Nome + Adjetivo	Adjetivo + Nome
«paixão platónica e funcional, desconstruída e abstractizante», «alimentos frescos», «listas elitistas», «restaurantes normais», «restaurantezinho familiar», «geografia sentimental», «gastronomia portuguesa», «pão eléctrico», «orégão seco», «orégão ressequido», «café brasileiro e colombiano», «chocolate preto», «comida orgânica» (2x), «filosofia <i>foodie</i> », «restaurante californiano», «escolas americanas», «menus saudáveis», «proselitismo desagradável», «cerveja preta», «açúcar amarelo», «fruta mole», «abóbora amarela», «maioria absoluta», «classe média informada», «freguesia rica», «zona central, residencial», «prédios antigos», «jardim belíssimo», «escolas superiores e secundárias», «doces de ovos pingados», «tascas antigas», «restaurantes modernos», «linhas geométricas», «tintas brancas e negras», «cadeiras translúcidas», «candeeiros metálicos», «mercearia gastronómica», «mercado biológico», «estrangeiros residentes», «andares altos», «casario espraído», «antenas esqueléticas», «palmeiras desnorteadas», «casas amarelas, e das cor-de-rosa», «varandas ferrugentas», «ferro forjado», «metal incandescente», «chumbo derretido», «esmeralda rutilada», «respiração funda», «polícia sinaleiro», «castanhas assadas», «ronco subterrâneo», «pinheiros mansos», «ameias cor de areia», «mosteiros e conventos alinhados», «bairros mouriscos», «Verão	«lírico e camoniano amor», «saudoso Laurodémio», «melhor coisa», «verdadeiros ingleses», «má reputação», «grande qualidade», «melhores zonas», «famosas pastelarias», «belas montras», «largo rio», «velha padaria», «mau lugar», «gloriosos anos 50», «velho código», «longo caminho», «concretas mãos», «longo caminho»

indiano», «pão quente», «tapetes persas», «máscaras africanas», «gasolina queimada», «prédios menos bonitos», «ar puro», «cidade respeitada», «cidade antiga», «desenho vago», «década prodigiosa», «guerras mundiais», «movimentos sociais», «expansão económica», «revolução tecnológica», «açúcar amarelo», «som esterofónico», «rádio fanhoso», «mesa manca», «fechadura romba», «persiana encalhada», «pele descartável», «tempo ideal», «direitos civis», «lávares femininos», «animais domésticos», «violência urbana», «coisa certa», «dinheiro abstracto», «pios irrelevantes»	
---	--

Tabela 10 – Posição do adjetivo relativamente ao nome, nos textos do Autor B

Autor B	
Nome + Adjetivo	Adjetivo + Nome
«fins (...) partidários», «modelos alternativos», «modelo chileno», «modelo alternativo» (2x), «apresentação pública», «período anterior», «apreciação global», «intervenção mais particular», «período trianual», «projectos inovadores», «inspector qualificado», «projecto educativo», «actividades lectivas», «modelo finlandês», «sociedade portuguesa», «conflito familiar», «horas infinitas», «escola difícil», «tom irónico», «sistema público», «escolas públicas» (2x), «ensino privado», «ensino público» (2x), «lugares cimeiros», «insultos diários», «humilhação total», «análise individual», «actuação política», «momento solene», «problema central», «sociedade portuguesa», «funcionários públicos», «campanha negra», «opinião pública», «empresas portuguesas», «Bancos minúsculos», «isenções fiscais», «pensões medianas», «período experimental»,	«grave situação», «desejado encerramento», «falsos recibos verdes», «verdadeiros autores», «luxuosa casa», «simples caixa», «maior obsessão», «grande defensor», «sacrossantas AEC's», «próprio material», «pequenos aquecedores», «propalado e elogiado relatório»

«tiques autoritários», «personalidade vazia», «dificuldades sociais», «esqueletos mal guardados e mal conservados», «licenciatura manhosa», «sócio fundador», «eleições legislativas», «preço normal», «sinais exteriores», «campanha eleitoral», «afirmações demolidoras», «Governo português», «peritos portugueses», «concelhos portugueses», «consulta médica», «filho menor», «direitos básicos», «manuais escolares», «actividade física», «políticas educativas», «actividades extra-curriculares»	
---	--

4.1.7. Erros ortográficos e “gralhas”

Quanto a erros ortográficos e “gralhas”, estes foram um pouco difíceis de encontrar uma vez que o *corpus* inclui apenas textos publicados em *blogue*, no caso dos textos de Ricardo Santos Pinto, ou em crónicas de opinião publicadas num conceituado jornal, o *Expresso*, como é o caso dos textos de Clara Ferreira Alves, o que significa que a sua escrita é mais controlada e, pelo menos no caso dos artigos de Clara Ferreira Alves, terão passado por alguns níveis de revisão. Conseguiu-se, apenas, encontrar algumas “gralhas” nos textos do Autor B, nomeadamente, «Ocupou o cargo *dque*», em vez de apenas «que», a falta de espaço em «(...) professor *Charrua.É* (...)», a falta da vírgula em «(...) sim senhor (...)», «E por isso (...)», «(...) renovados ou não todos os anos.» e em «(...) etc).», em que o ponto final vem depois do parêntese e não procede a expressão *etc.*. Num primeiro momento, cogitou-se sobre se o ponto final depois do parêntese poderia constituir uma característica idioletal; no entanto, não foi possível confirmar esta mesma conclusão, uma vez que existia apenas uma ocorrência.

4.1.8. Numeração

O Autor A não apresenta a numeração por extenso, mas a numeração árabe «anos 50» (6x), «anos 60», «360 graus». Passa-se o mesmo no caso dos textos do Autor B, como em «5 de Outubro», «Recebem 10», «pagam 7», «6 ou 7 computadores», «quase 30 alunos», «15 ministros», «mais de 20 alunos», «180 dias», «ultrapassa os 6%», «50% a

70%», «(25% a 35%)», «40 contos», «1996», «9º ano», «2005», «2001/ 2006 – 2 escolas públicas nos 10 primeiros lugares; 6 nos 20 primeiros; 10 nos 25 primeiros; 33 nos 50 primeiros», «2007 – 1 nos 10 primeiros; 5 nos 20 primeiros; 9 nos 25 primeiros; 28 nos 50 primeiros» e «2008 – 0 (ZERO) nos 10 primeiros; 3 nos 20 primeiros; 7 nos 25 primeiros; 23 nos 50 primeiros». No entanto, no mesmo texto, o Autor B utiliza, também, numeração por extenso, como em «três anos» e «(ZERO)». Além disso, o Autor B utiliza, nos títulos de dois dos seus textos, numeração romana: «O que eu penso deste Governos: do primeiro-ministro, dos 15 ministros e do senhor que deambula pelo Ministério da Cultura (I)» e «Requiem pela Ministra da Educação (III)».

Contudo, é de notar que, muitas destas ocorrências constituem expressões relativamente padronizadas e, além disso, ocorrem com baixa frequência, o que significa que a sua idiossincrasia não pode ser verificada com rigor e, logo, não pode ser utilizada como marcador forense.

4.1.9. Pontuação

Relativamente à utilização da pontuação, os textos do Autor B apresentam exclamações, interrogações, reticências, dois pontos e travessões «E logo Gondomar!», «(...) chegam a ser de duas (?) horas por dia», «O que eu penso deste Governo:», «Primeiro-Ministro, José Sócrates – » (5x), «Exemplos?», «Mas também, quem é que o queria?», «Mas a realidade desmente-o:», «(...) o Chile!», «também já o fez:», «períodos de três anos –», «modelo alternativo ao modelo chileno?», «o finlandês?», «na Finlândia!», «(era dinheiro em 1996!», «Nem precisava de generalizações – se havia quem não cumpria (...)» e «Paz à sua alma!». Ora, isto parece indicar uma linguagem bastante subjetiva nos textos do Autor B. Por outro lado, isto é o contrário do que acontece com o conjunto de textos do Autor A, em que apenas está presente num dos textos uma interrogação «(...) já olharam para uma fotografia de rua de Lisboa nos anos 50?» e reticências depois de uma enumeração «(...) rosmatinho, funcho, segurelha...».

Além disso, o Autor B utiliza muitas expressões entre parênteses, como em: «Os quatro peritos portugueses (João Formosinho, grande defensor das políticas do Ministério, Isabel Alçada, (...))», «O que não disse José Sócrates é que essa tal de

Deborah Roseveare (quem o ouviu, pôde constar o seu excelente Inglês Técnico)», «(...) dos quais seis são presididos pelo PS (Guimarães, Santo Tirso (...)) e o sétimo (Gondomar) por um independente», «seja simplesmente porque é feriado (direitos básicos de qualquer cidadão)», «Cinfães (também PS)», «a fazer alguns exercícios (os possíveis dentro de uma sala repleta de mesas e cadeiras)», «Muitos desses funcionários (desempregados contratados pela Junta de Freguesia)», «chegam a ser de duas (?) horas por dia», «Para o senhor Major não ficar aborrecido comigo (mesmo não sendo eleitor do seu concelho, mas sim do Porto)», «Requiem pela Ministra da Educação (III)», «professores e sindicalistas (as centenas que há anos não entram numa sala de aula e que, em nome dos professores, assinam entendimentos com fins meramente partidários e que vendem os seus representados à primeira oportunidade)», «podendo ser mais geral (apreciação global do trabalho realizado) ou mais específica (apresentar uma intervenção mais particular em torno de um problema) e outra sobre o(s) projecto(s) a desenvolver no período trianual seguinte (actividades não lectivas a dinamizar, projectos inovadores no trabalho em sala de aula)», «um elemento a designar pelo ME (potencialmente um inspector qualificado para o efeito), um representante da comunidade educativa (por exemplo da Associação de Pais) e o coordenador do Departamento Curricular (no caso da avaliação destes, seria substituído, por exemplo, pelo Coordenador dos Docentes do seu ciclo de ensino)», «50% a 70% da avaliação (25% a 35% por cada aula)», «modelos de avaliação (sou professor, não político ou sindicalista)», «quisesse «trucidar» (nas palavras de um Secretário de Estado)», «40 contos (era dinheiro em 1996!)», «era necessário mudar a lei (e muito bem!)», «O que eu penso deste Governo: do primeiro-ministro, dos 15 ministros e do senhor que deambula pelo Ministério da Cultura (I)», «está agora a ser julgado por corrupção na Cova da Beira (e no qual ele também já foi chamado a depor)» e «Armando Vara (posteriormente demitido do Governo devido às falcatuas da Fundação para a Prevenção e Segurança) e Virgílio Ferreira (posteriormente condenado a prisão por corrupção no Centro de Exames de Tábua)». Importa salientar que, no que diz respeito ao Autor B, este chega a utilizar sinais de pontuação entre parênteses, como em «duas (?)»; depois de dois pontos utiliza letra minúscula «(...) Governo: do primeiro-ministro (...)» e «(...) desmente-o: não têm faltado (...)»; no entanto, depois de travessão, utiliza letra maiúscula, como em «Primeiro-Ministro, José Sócrates – Vaidoso, cínico (...)», «Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Luís

Amado – Começou como (...)», «Ministro de Estado e das Finanças, Teixeira dos Santos – Substituiu Campos e Cunha (...)», «Ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira – O homem de mão (...)» e «Ministro da Defesa, Nuno Severiano Teixeira – Ocupou o cargo (...)». No entanto, existem exceções, como em «Corresponder a períodos de três anos – o que implicaria (...)», «Nem precisava de generalizações – se havia quem (...)» e «(...) humilhação total – os «professorzecos» - tinham de dar nisto».

Por outro lado, o Autor A apenas recorre à utilização de parênteses sete vezes: «(...) saudoso Laurodórmio (ressuscitado no DVD (...) obscenamente livre)», «(o tomate sem manjerição fica viúvo)», «(as mulheres não tinham carta)», «(a televisão, a batedeira, o aspirador)», «(e a garagem era um momento iniciático)», «(e a América de Eastwood dava um livro)» e «(já olharam para uma fotografia de rua de Lisboa nos anos 50?)».

4.1.10. Partícula “que” enquanto conjunção substantiva completiva ou enquanto pronome relativo

O Autor B utiliza, com elevada frequência, a partícula “que”. Assim, a percentagem da utilização do “que” face ao número total de palavras do conjunto de textos é de $93 \times 100 / 3073 \approx 3,02\%$. Neste ponto, para esta análise, tentou subdividir-se os seus usos consoante esta é utilizada como conjunção substantiva completiva ou como pronome relativo. Desta forma, a percentagem da utilização da partícula “que” enquanto conjunção substantiva completiva é de cerca de $25 \times 100 / 3073 \approx 0,81\%$, enquanto a frequência relativa da utilização da partícula “que” enquanto pronome relativo é de cerca de $53 \times 100 / 3073 \approx 1,72\%$ ¹.

Tabela 11 – Usos da partícula “que”, nos textos do Autor B

Conjunção substantiva completiva	«era vendido que», «referia-se que», «dizer que», «dizer que», «o que não disse é <i>que</i> », «escusado será dizer que», «darei que», «darei, também, que», «dizer que», «não me parece que», «Lembro-me que» (3x), «não significava que», «sabe que (...)», «que», «veio dizer que (...) e que», «Disse que»,
---	--

¹ Nota: Para esta análise não foram contabilizadas as partículas “que” pertencentes a locuções subordinadas adverbiais comparativas, concessivas, finais e temporais.

	«saber que», «E direi também que é verdade que», «foi que», «pensam que» (2x)
Pronome relativo	«o que não disse» (5x), «grupo de trabalho que», «título do relatório ... que foi editado ... que foi executado», «um independente ... que», «melhor do que», «horas que trabalham», «Cinfães que», «escolas que», «alunos que», «aulas que», «horários que», «verdade que», «por que razão», «relatório que», «apesar do que dizem», «aqueles que», «as centenas que (...) e que (...) e que», «modelo chileno que», «grande país que», «o que», «júri que», «nada que», «visita de estudo que», «desmotivação que», «ensino público, que», «o discurso e a pose que», «O que», «senhor que», «Uma análise que», «Defeitos de personalidade, que», «Mostrou ao que», «todos aqueles que», «Bancos, que», «Bancos minúsculos que», «escolas que (...) e que», «os que», «pelo mesmo professor, o mesmo que», «projectos que», «crise que», «Mário Crespo que», «cargo que», «texto que», «nada de relevante que», «familiares e amigos que», «aquecedores a óleo que»

Já no caso do Autor A, a frequência relativa é de $46 \times 100 / 2401 \approx 1,91\%$. Neste caso, pode subdividir-se os seus usos da partícula “que”. Desta forma, a frequência relativa da utilização da partícula “que” enquanto conjunção substantiva completiva é de cerca de $3 \times 100 / 2401 \approx 0,12\%$, enquanto a frequência relativa da utilização da partícula “que” enquanto pronome relativo é de cerca de $43 \times 100 / 2401 \approx 1,79\%$.

Tabela 12 – Usos da partícula “que”, nos textos do Autor A

Conjunção substantiva completiva	«O problema é que», «prometo que», «sendo certo que»
Pronome relativo	«gaita-de-beiços que», «mulheres que», «década prodigiosa em que», «em que» (3x), «Código do Visconde de Seabra, em que», «tudo o que»,

	«coisas que», «modelo de sociedade em que», «em que», «agora que», «tecnologias que», «pessoas que» (2x), «freguesia que», «florista que», «casa que», «dias em que» (2x), «navios que», «castanhas assadas que», «população que», «alguém que», «fogo que», «melhor coisa que», «alguém que (...), que (...), e que», «alguém que», «cadeia que (...) e que (...) que», «o que» (6x), «modernidade que», «coisa que», «você que»
--	---

4.1.11. Utilização de orações parentéticas

Continuando no campo das orações, pode afirmar-se que o Autor B utiliza, ainda, algumas orações parentéticas, como podemos perceber em «No «site» do PS, *como muito bem anotou o Carlos Vidal*, referia-se (...)», «(...) foram ouvidos sete concelhos portugueses, *dos quais seis são presididos pelo PS* (...)», «Se faltarem, *seja por que motivo for*, (...), não recebem – *seja por uma consulta médica, seja pela morte de um familiar, seja por assistência a filho menor, seja pela realização de uma ecografia pré-parto, seja simplesmente porque é feriado* (...)», «Para o senhor Major não ficar aborrecido comigo (*mesmo não sendo eleitor do seu concelho, mas sim do Porto*)», «Um relatório que, *apesar do que dizem aqueles que mentem*, não é da OCDE», ao contrário do que acontece com os textos do Autor A, em que não se verificaram orações parentéticas.

4.1.12. Utilização de estrangeirismos

Por fim, nos textos do Autor A, podem encontrar-se vários vocábulos noutras línguas ou estrangeirismos, como em: «foodie» (11x), «foodies» (2x), «fast food», «slow food», «site», «Whole», «Internet», «Delicious», «hippies», «“this is stereo sound”», «basso profundo», «reality show», e «twittering», o que equivale a cerca de 1,00%. É, porém, de ressaltar que algumas das expressões referidas são consideradas empréstimos, uma vez que são comumente utilizadas na língua portuguesa. Já nos textos do Autor B apenas estão presentes quatro empréstimos, o que corresponde a, aproximadamente, 0,13%: «rankings», «post» (2x) e «site». É importante ter em atenção que o Autor A

utiliza outras palavras ou expressões noutras línguas, mas que não foram tomadas para esta análise por se tratar de nomes próprios, como: «Swinging London», «La Boqueria», «Michelin», «Château» (2x), «Whole Foods» (2x), «Chez Panisse», «Gran Torino» e «Do the right thing».

4.2. Texto de autoria desconhecida

De seguida, analisar-se-ão os marcadores estilísticos presentes no texto de autoria questionada para, na secção seguinte, “Discussão dos resultados”, poder comparar-se com os conjuntos dos textos do Autor A e do Autor B. Desta forma, no que diz respeito às estatísticas de texto, o texto de autoria desconhecida possui 566 palavras, sendo constituído apenas por três parágrafos. Relativamente à macroestrutura do texto, este não possui subtítulo. Importa, no entanto, salientar o reduzido comprimento das frases, como, por exemplo: «Vem e vai. Vem e vai. Vai ... e não volta mais». Além disso, é importante salientar que o texto não possui nenhum advérbio terminado em *–mente*.

Torna-se necessário salientar a repetição de expressões em início de frase: «A lucidez que lhe permitiu escapar à PIDE (...)», «A lucidez que lhe permitiu conduzir (...)», «A lucidez que lhe permitiu conseguir (...)», «A lucidez que o fez meter o socialismo na gaveta (...)», «A lucidez que lhe permitiu governar (...)», «A lucidez que lhe permitiu não voltar a ser primeiro-ministro (...)», «A lucidez que lhe permitiu pôr-se a jeito (...)», «A lucidez que lhe permitiu, após a vitória nessas eleições, fundar um grupo empresarial (...)», «A lucidez que lhe permitiu receber do Estado (...)», «A lucidez que lhe permitiu receber (...)» (2x), «A lucidez que lhe permitiu que o Estado lhe arrendasse», «A lucidez que lhe permitiu que, ainda hoje, a Fundação Mário Soares (...)», «A lucidez que lhe permitiu fazer obras (...)», «A lucidez que lhe permitiu silenciar (...)», «A lucidez que lhe permitiu candidatar-se (...)», «A lucidez que lhe permitiu considerar (...)», «A lucidez que lhe permitiu passar por cima (...)», «A lucidez que lhe permitiu, então, fazer mais um frete (...)», «A lucidez que lhe permitiu ler (...)», «A lucidez que lhe permitiu passar incólume (...)» e «Vem e vai. Vem e vai. Vai... e não volta mais».

O Autor utiliza expressões coloquiais no seu texto, ou seja, que denotam um comportamnete linguístico oralizante, como «um bom par de anos», «A lucidez que o fez

meter o socialismo na gaveta», «pôr-se a jeito», «“testas de ferro”», «passar por cima de um amigo» e «fazer mais um frete». Além disso, existe uma ocorrência de numeração feita por extenso e não através do sistema de numeração árabe, como em «(...) um milhão de contos» e «(...) quinhentos mil contos (...)».

Quanto à sintaxe verbal, o autor do texto de autoria questionada utiliza mais tempos simples, principalmente o presente, o pretérito perfeito e o pretérito imperfeito do indicativo, como «viu», «envolveram», «era» (2x), «permite», «resta» (2x), «Vem» (3x), «vai» (4x) e «volta». Assim, quanto à percentagem de utilização de tempos verbais simples, esta é, em média, de $16 \times 100 / 566 \approx 2,83\%$. Este autor também utiliza uma forma verbal no pretérito mais-que-perfeito («começara»).

Este texto apresenta, também, uma forma verbal no gerúndio: «vai tendo», equivalendo a cerca de 0,18%, bem como várias formas verbais compostas, tais como: «veio chamar», «permitiu escapar», «permitiu conduzir», «permitiu conseguir», «fez meter», «permitiu governar», «permitiu não voltar», «permitiu pôr-se», «ser agredido», «permitiu (...) fundar», «permitiu receber» (3x), «*permitiu que o Estado lhe arrendasse e lhe pagasse*», «permitiu fazer», «permitiu silenciar», «começara a publicar», «permitiu candidatar-se», «permitiu considerar», «permitiu passar» (2x), «permitiu (...) fazer», «permitiu ler (...) e assistir», o que corresponde a cerca de 4,06%. É, ainda, de notar que, em grande parte destas construções, a segunda forma verbal se encontra no infinitivo, como em «veio chamar», «permitiu escapar», «permitiu conduzir», «permitiu conseguir», entre outros exemplos. Além disso, é de realçar que se verificam cinco ocorrências de formas verbais no modo conjuntivo: «financiassem», «arrendasse», «pagasse», «receba» e «fosse», o que equivale a aproximadamente 0,88%; e três formas verbais no particípio passado: «ser agredido», «cedido» e «baseados», correspondendo a cerca de 0,53%, que se encontram associadas a frases na voz passiva «A lucidez que lhe permitiu pôr-se a jeito para ser agredido», «(...) um edifício cedido pela Câmara de Lisboa» e «(...) os artigos (...) baseados no livro de Rui Mateus». Estão, ainda, presentes algumas formas verbais no infinitivo: «vitimizar-se», «vencer», «ignorar», «concorrer» e «apelar», o que equivale a cerca de 0,88%. Por fim, no Texto X estão presentes duas expressões verbais longas: «permitiu não voltar a ser» e «permitiu pôr-se a jeito para ser agredido».

No que concerne à utilização do modificador apositivo do nome, este é utilizado seis vezes: «A lucidez, *uma das suas maiores qualidades durante uma longa carreira política*», «vários subsídios, *um de quinhentos mil contos*,», «um gabinete, *a que tinha direito como ex-Presidente da República*,», «Colégio Moderno, *propriedade da família*,» e «director do «Público», *José Manuel Fernandes*,».

Quanto ao recurso à adjetivação, no Texto X estão presentes 20 adjetivos, o que corresponde a cerca de 3,53%. Relativamente à posição ocupada, pode dizer-se que a maioria destes adjetivos se encontra depois do nome, e não antes. Por outro lado, os adjetivos que precedem o nome estão presentes em quantidade substancialmente inferior, uma vez que estão presentes 13 adjetivos à direita do nome e apenas cinco à esquerda do nome, senão vejamos:

Tabela 13 – Posição do adjetivo relativamente ao nome, no Texto X

Nome + Adjetivo	Adjetivo + Nome
«carreira política», «exílio dourado», «forma «brilhante»», «experiência governativa», «opinião pública», «eleições presidenciais» (2x), «grupo empresarial», «negócios obscuros», «magnatas internacionais», «licença municipal», «investigação jornalística», «Parlamento Europeu».	«maiores qualidades», «longa carreira», «fantástico desempenho», «grandes magnatas», «vários subsídios».

Além disso, é importante realçar que este Autor utiliza, em duas situações, um adjetivo a preceder o nome e outro a sucedê-lo, como pode verificar-se em: «*longa carreira política*» e «*grandes magnatas internacionais*».

No que diz respeito a erros ortográficos e “gralhas”, não foram encontrados exemplos no texto de autoria questionada.

Quanto à pontuação, o texto em análise apresenta uma interrogação: «No final de uma vida de lucidez, o que resta a Mário Soares?». Verificou-se, também, a ocorrência de várias reticências: «na... Fundação Mário Soares», «era...João Soares» e «Vai... e não volta mais». É, no entanto, de notar que no Texto em análise não são utilizadas

expressões entre parênteses. No que diz respeito à numeração, o Autor X utiliza numeração por extenso em «(...) superiores a um milhão de contos» e «(...) quinhentos mil contos». No entanto, talvez não possamos considerar este como um marcador do estilo do Autor X, uma vez que estas são expressões relativamente padronizadas, tal como acontece quando utiliza a numeração árabe para datas «(...) entre 1995 e 2005 (...)».

O autor utiliza com elevada frequência a partícula “que”. Assim, a percentagem da sua utilização é de $30 \times 100 / 566 \approx 5,30\%$, sendo que, na maioria das vezes, esta é utilizada como pronome relativo $28 \times 100 / 566 \approx 4,95\%$ e apenas duas vezes como conjunção substantiva completiva $2 \times 100 / 566 \approx 0,35\%$. Assim, fez-se um levantamento do uso da partícula “que”, tal como já foi feito anteriormente, em relação aos textos de autoria conhecida:

Tabela 14 – Usos da partícula “que”, no Texto X

Conjunção substantiva completiva	«conseguir que», «permite que»
Pronome	«lucidez que» (21x), «forma «brilhante» que», «negócios obscuros que», «gabinete, a que tinha direito», «numa altura em que», «a investigação jornalística que», «o que resta a Mário Soares?», «momentos em que»

Por fim, é importante referir que não foram encontrados estrangeirismos, a exemplo do que aconteceu nos textos do Autor B.

4.3. Discussão dos resultados

Os resultados da análise dos textos estudados são muito relevantes, uma vez que ajudam a perceber qual dos autores, A ou B, terá escrito o texto de autoria desconhecida. Chegando a este ponto, pode considerar-se que existem várias evidências linguísticas que parecem indiciar que o texto de autoria desconhecida foi escrito pelo Autor B. Neste sentido, considera-se esta hipótese, uma vez que a maioria das características que se verificaram no texto de autoria desconhecida estão presentes nos textos pertencentes ao Autor B.

No que diz respeito às estatísticas dos textos, o texto de autoria desconhecida aproxima-se, no entanto, mais dos textos do Autor A, uma vez que possui 566 palavras, sendo que os textos do Autor A são os que apresentam menos palavras por texto, ao contrário do que acontece no caso dos textos do Autor B, que apresentam cerca de 1024,3 palavras por texto, como pudemos verificar na tabela 2. No que respeita ao formato e organização do texto, o texto é composto por três parágrafos, ou seja, a dimensão dos parágrafos é relativamente grande. Assim, quanto ao número de parágrafos, o texto X aproxima-se mais dos textos do Autor A, que apresentam, em média 8 parágrafos por texto, ao contrário dos textos do Autor B, que apresentam, em média, cerca de 16,67 parágrafos por texto. Por outro lado, o facto de não possuir subtítulo aproxima-o mais do conjunto de textos do Autor B.

O texto em análise não apresenta nenhum advérbio terminado em *-mente*. É de relembrar que o Autor A utiliza, nos seus textos, dois advérbios terminados em *-mente* nos três textos analisados; a percentagem é de, aproximadamente, 0,08% advérbios por texto, enquanto os textos analisados do Autor B apresentam, no total dos três textos, treze advérbios terminados em *-mente*, o que corresponde a uma percentagem de aproximadamente 1,27% advérbios terminados em *-mente* por texto. Ora, no texto em análise, não está presente nenhum advérbio terminado em *-mente*, aproximando-se, assim, este texto mais do estilo de escrita do Autor A, que corresponde a um número bastante inferior (apenas dois), relativamente à média de advérbios presentes em cada um dos textos do Autor B.

No que concerne a sintaxe verbal do texto em análise, pode verificar-se a ocorrência de tempos verbais no pretérito perfeito e no presente. No entanto, estão, também, presentes algumas formas verbais no modo conjuntivo. Além disso, este texto apresenta várias locuções verbais, sendo que, muitas vezes, a segunda forma verbal se encontra no infinitivo. É de realçar que se verificam quatro ocorrências de formas verbais no modo conjuntivo e três formas verbais no particípio passado. Estão, também, presentes algumas formas verbais no infinitivo e, por fim, apenas uma forma verbal no pretérito mais-que-perfeito do indicativo e uma forma verbal no gerúndio. No Texto X estão, também, presentes duas expressões verbais longas. Ora, é importante notar que, no que

diz respeito à sintaxe verbal, ambos os autores se comportam de forma semelhante relativamente à utilização dos diferentes tempos verbais.

Além disso, o marcador estilístico decorrente da repetição de expressões em início de frase, que está presente no texto de autoria desconhecida, encontra-se, da mesma forma, nos textos do Autor B. Comportamento idêntico é o verificado com a ocorrência de expressões coloquiais.

No texto X estão presentes 20 adjetivos. Este número está mais próximo do número médio de adjetivos por texto no caso do Autor B (27) comparativamente à média do Autor A (38). Verificou-se, também, que a maioria dos adjetivos se encontra depois do nome, e não antes, tal como acontece com os textos, tanto do Autor A, como do Autor B. Assim, como já houve oportunidade de verificar, os adjetivos que precedem o nome estão presentes em quantidade substancialmente inferior. Estão, também, presentes dois casos em que um adjetivo precede e outro sucede o nome, tal como acontece com os textos do Autor B.

No que se refere à pontuação, verificou-se um caso de interrogação e três de reticências, o que denota o recurso a uma linguagem mais subjetiva, tal como se pôde verificar nos textos do Autor B, ou seja, esta pode ser considerada uma característica do Autor B. No entanto, não se verificou a ocorrência de palavras/ expressões entre parênteses, tal como acontece nos textos do Autor B.

No que diz respeito à numeração, o Autor X utiliza numeração por extenso em duas situações, referindo-se a quantias monetárias, e utiliza numeração árabe duas vezes, referindo-se a datas. Contudo, o que se conclui é que, no Texto X, estas utilizações talvez se devam a expressões relativamente padronizadas, e, por isso, não podem ser consideradas distintivas enquanto marcadores estilísticos da escrita do autor. Além disso, o mesmo acontece com os textos dos Autores A e B, sendo que, tanto um como outro, utilizam, quer a numeração por extenso, quer a numeração árabe.

Quanto a erros ortográficos e gralhas, estes não foram encontrados no Texto X, talvez por a escrita ser mais controlada. Nos textos do Autor A não foram encontrados erros ou “gralhas” e, nos textos do Autor B, conseguiu-se, apenas, encontrar duas

“gralhas”, o que faz com que, neste ponto, o Texto X esteja mais próximo dos textos do Autor A. Tal como já houve oportunidade de verificar, o Autor do texto X utiliza, ainda, algumas expressões coloquiais no seu texto, tal como sucede com o Autor B.

Em relação à utilização da partícula “que”, no caso do texto de autoria desconhecida, esta é, maioritariamente, utilizada como pronome relativo e, pontualmente, como conjunção substantiva completiva. Desta forma, o Texto X apresenta duas ocorrências de “que” utilizada como conjunção substantiva completiva e vinte e oito ocorrências de “que” utilizada como pronome. Ora, estes valores aproximam-se dos valores verificados nos textos do Autor A. Assim, no Texto X, a percentagem da utilização da partícula “que” como conjunção substantiva completiva é de cerca de 0,35% e como pronome relativo é de cerca de 4,95%. Os textos do Autor A apresentam três ocorrências de “que” utilizada como conjunção substantiva completiva e 43 ocorrências de “que” utilizada como pronome, o que corresponde a uma percentagem de cerca de 0,12% e 1,79% por texto, respetivamente. Já no caso dos textos do Autor B, a percentagem correspondente à utilização da partícula “que” como conjunção substantiva completiva é de cerca de 0,94% e como pronome relativo é de cerca de 2,08%.

No que diz respeito à utilização de orações parentéticas, estas são utilizadas seis vezes no Texto X, o que corresponde a cerca de 1,06%. No conjunto de textos do Autor A, a percentagem de utilização do modificador apositivo do nome é de cerca de 0,17% e, no conjunto de textos do Autor B, a sua utilização corresponde a cerca de 0,68%. Sendo assim, pode afirmar-se que, no que diz respeito a este marcador estilístico, o Texto X encontra-se mais próximo dos textos do Autor B.

Por fim, para a análise de autoria deste texto, considerou-se, num primeiro momento, que o Texto X poderia ter sido escrito pelo Autor B, o que, num segundo momento, veio a verificar-se. No entanto, é importante ressaltar que esta conclusão não é completamente óbvia, talvez por todos os textos analisados serem crónicas, o que os aproxima em termos de género textual e, logo, no que diz respeito à estrutura e, também, porque, chegando ao fim desta análise, poderá perceber-se que o estilo de ambos os Autores, A e B, é semelhante em diversos aspetos. Contudo, considera-se que a metodologia utilizada é viável e poderá ser utilizada na análise de autoria de outros textos,

na medida em que foi possível apontar com alguma certeza que o Autor do Texto X seria o Autor B.

Em pareceres de Linguística Forense, com o objetivo de equilibrar as apreciações entre a análise qualitativa (que, realçamos, é encarada como menos rigorosa e científica) e a análise quantitativa, e considerando que as conclusões dependem frequentemente das observações do linguista sobre os textos em análise, é comum os especialistas exprimirem os resultados da sua análise de modo a suprimirem as dificuldades subjacentes à impossibilidade de exprimir conclusões em escala quantitativa. Consequentemente, alguns linguistas forenses têm procurado alternativas para apresentar as suas opiniões, procurando formas de ultrapassar a dificuldade em transmitir os seus resultados linguísticos a um público não especializado em Linguística, ao mesmo tempo que evitam comprometer a robustez da sua análise. Desta forma, Coulthard (2011, p. 45), conjugando as abordagens teóricas na área e a prática linguística forense, propõe a utilização da seguinte escala semântica, em que o grau de confiança do linguista é expresso qualitativamente e não em forma de certeza estatística:

Most Positive

5 'I personally feel quite satisfied that X is the author'

4 'It is in my view very likely that X is the author'

3 'It is in my view likely that X is the author'

2 'It is in my view fairly likely that X is the author'

1 'It is in my view rather more likely than not that X is the author'

0 'It is in my view possible that X is the author'

-1 'It is in my view rather more likely than not that X is not the author'

-2 'It is in my view fairly likely that X is not the author'

-3 'It is in my view likely that X is not the author'

-4 'It is in my view very likely that X is not the author'

-5 'I personally feel quite satisfied that X is the not author'

Most Negative

(in Coulthard, 2011, p. 45)

Depois da expressão da sua opinião nesta escala, caberá, então, ao decisor deliberar com base nos factos apresentados. No caso deste estudo em particular, considera-se que o grau de certeza se enquadra no nível 3 da escala de Coulthard (2011), ou seja, pode dizer-se que é provável que o Autor B seja o autor do Texto X.

Por último, é importante refletir sobre os resultados, uma vez que, apesar de a maioria dos marcadores nos indicarem o Autor B como o autor mais provável do Texto X, existem, ainda assim, vários marcadores nos quais o Texto X se encontra mais próximo do Autor A. Pode afirmar-se que esta constituiu uma das dificuldades deste trabalho pois, apesar de toda a polémica gerada em torno da autoria deste texto, Ricardo Santos Pinto sempre reclamou para si a autoria do mesmo. Desta forma, durante a análise destes resultados, tivemos todo o cuidado, de forma a não nos deixarmos influenciar. Após a análise de resultados o que se pôde concluir foi que, apesar de o estudo dos marcadores apontar para o Autor B como o autor mais provável do Texto X, a verdade é que ambos os autores possuem um estilo bastante semelhante, o que, provavelmente, esteve na origem de toda a polémica em torno deste texto. Além disso, o facto de todos os textos analisados pertencerem ao mesmo género textual (neste caso, a crónica), também pode ter estado na origem das semelhanças verificadas.

		Autor A	Autor B	Autor X
Estatísticas de texto		Média de parágrafos por texto: $(7+7+10)/3=8$	$(22+22+7)/3=17$	3
		Média de palavras por texto: $(797+794+810)\approx 800,3$	$(908+1115+1050)/3\approx 1024,3$	566
Macroestrutura		2 apresentam subtítulo	-Não existe subtítulo -Repetição de palavras e expressões -Expressões de cunho coloquial	-Não existe subtítulo -Repetição de expressões -Expressões de cunho coloquial
Utilização de advérbios de modo terminados em <i>-mente</i>		0,08%	1,27%	0%
Síntaxe Verbal	Tempos simples	7,83%	5,89%	2,83%
	Condicional	0%	0,20%	0%
	Conjuntivo	0,12%	0,33%	0,88%
	Infinitivo	0,84%	2,00%	0,88%
	Imperativo	0,21%	0%	0%
	Gerúndio	0,10%	0,10%	0,18%
	Tempos compostos	0,17%	0,55%	4,06%
	Particípio passado	Utilizam o particípio passado de forma semelhante		0,53%
Modificador apositivo do nome		0,17%	0,68%	1,06%
Adjetivação		4,79%	2,67%	3,53%
		Posição: N+Adj	Posição: N+Adj	Posição: N+Adj
Erros ortográficos e “gralhas”			5 “gralhas”	
Numeração		Numeração árabe	-Numeração árabe -Numeração por extenso -Numeração romana	-Numeração por extenso
Pontuação		7 parênteses	-Exclamações -Interrogações -Reticências -Dois pontos -Travessão -Parênteses	-1 interrogação -Reticências -Não usa parênteses
Partícula “que” enquanto conjunção substantiva completiva ou enquanto pronome relativo		1,79% (como pronome)	1,72% (como pronome)	4,95% (como pronome)
		0,12% (como conjunção substantiva completiva)	0,81% (como conjunção substantiva completiva)	0,35% (como conjunção substantiva completiva)
Orações parentéticas			6 orações parentéticas	
Estrangeirismos		1,00%	0,13%	0%

Tabela 15 – Síntese dos marcadores estilísticos estudados e respectivos resultados

5. Conclusão e hipóteses de trabalho futuro

A relevância da análise de autoria para a Linguística Forense é de extrema importância, tal como se procurou fundamentar na contextualização teórica deste trabalho. É importante analisar marcadores linguísticos para se proceder a uma análise de autoria. No entanto, estes devem ser bem aplicados e contextualizados, para ajudar a perceber, de entre um grupo restrito de possíveis autores, qual poderá ter escrito determinado texto.

Em casos em que a autoria de determinado texto é desconhecida, pode ser necessário procurar e comparar marcadores linguísticos do texto suspeito com marcadores linguísticos de outros textos do(s) autor(es) suspeito(s), tentando identificar-se padrões estáveis que se verifiquem de forma recorrente. Ora, isto vai permitir que se possa identificar ou descartar determinado autor como possível autor de um texto suspeito.

Deste modo, o presente trabalho, aplicado ao estudo de um caso recente de autoria, teve por base a identificação de determinados marcadores estilísticos que permitissem retirar algumas conclusões relativamente à autoria do texto X, ou seja, perceber qual de dois autores, A ou B, apresentava maior probabilidade de ter escrito o texto suspeito. Este processo foi executado a partir de material textual que se sabia, *a priori*, pertencer aos Autores A e B, respetivamente. Em primeiro lugar, foi necessário perceber quais poderiam ser considerados marcadores linguísticos idiossincráticos, ou seja, quais os marcadores mais discriminatórios dos idioletos dos Autores A e B, a fim de, num segundo momento, tentar perceber qual dos autores poderia ter escrito o texto X.

No geral, considera-se que se conseguiu responder às questões-problema levantadas na secção 1 deste trabalho, uma vez que, através dos marcadores linguísticos que se identificaram e compararam, foi possível chegar a algumas conclusões que permitiram considerar que o texto suspeito em análise (Texto X) seria da autoria do Autor B, ou seja, Ricardo Santos Pinto, e não de Clara Ferreira Alves. No entanto, é importante ressaltar que o facto de o género textual analisado ser o mesmo, ou seja, a crónica, é de esperar que os dois autores apresentem, em certa medida, um estilo semelhante,

decorrente mais do próprio género do texto, do que necessariamente do estilo idioletal dos dois autores.

Em suma, após a revisão da literatura e a análise de autoria dos textos estudados, não se pode deixar de concordar com os especialistas citados durante o trabalho quando afirmam que a utilização de marcadores estilísticos permite proceder à análise de autoria de determinado texto suspeito a partir de um conjunto de textos dos possíveis autores. Pode, também, confirmar-se a autoria suspeita, por exemplo, de uma carta de suicídio, ou até, rejeitar-se essa primeira hipótese. Além disso, pode perceber-se se existirá mais do que um autor envolvido na produção do texto suspeito e, dessa forma, investigar se existirá mais do que um indivíduo por detrás de determinado crime.

No caso em análise, uma vez que se trata de um caso mediático, já se sabia à partida qual seria o autor do texto suspeito. Porém, em contextos forenses, é pertinente testar metodologias de análise com dados reais, no sentido de confirmar ou de rejeitar hipóteses. É neste sentido que se considera este trabalho relevante, ainda que modesto: ao proceder a um estudo de caso, permitiu analisar os textos em vários aspetos e discutir o maior ou menor grau de confiança de cada marcador, bem como a sua força. Isto significa que, perante outros textos de outros autores, os marcadores analisados seriam necessariamente diferentes, como seriam os resultados obtidos. Por isso, como sugerem Coulthard & Johnson (2007), em linguística forense, cada caso é um caso. Face ao exposto, não podemos garantir que esta metodologia pudesse ser utilizada exatamente desta forma, sem ser aperfeiçoada, em casos reais de natureza forense, mas acreditamos que este trabalho contribui para a discussão no campo dos estudos em análise de autoria forense em português.

Em análises futuras, será interessante tentar reunir um conjunto de marcadores estilísticos maior, incluindo, por exemplo, marcas de primeira pessoa, utilização de vocativos, de estruturas de abertura e/ ou fecho, entre outros, de forma a perceber se o aumento do número de marcadores influenciaria os resultados. Além disso, como hipóteses de trabalho futuras, poderão analisar-se amostras de texto mais curtas, nomeadamente publicações de redes sociais como o *Facebook* ou, por outro lado, amostras de texto maiores e mais complexas ligadas à investigação criminal.

Referências

- Almeida, D. C. (2015). *Análise forense de autoria textual: estilos sociais e individuais* (Tese de Doutorado). Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-06102015-133459/pt-br.php>. Acedido a 25 de janeiro, de 2019.
- Almeida, D. C. (2014). *Atribuição de autoria com propósitos forenses*. *ReVEL – Revista Virtual de Estudos de Linguagem*, 12 (23), 148–186.
- Alves, C. F. (2011). *Este é o maior fracasso da democracia portuguesa*. *Expresso online*. Disponível em https://expresso.pt/opiniao/opiniao_clara_ferreira_alves/este-e-o-maior-fracasso-da-democracia=f643513#gs.7bgn85. Acedido a 14 de outubro, de 2018.
- Azzariti, B. et al. (2014). *Linguística forense: saberes implícitos e imagens discursivas do perito em contexto de quesitação*. *ReVEL*, vol. 12, n. 23, 2014. Disponível em www.revel.inf.br. Acedido a 18 de março, de 2019.
- Bloch, B. (1948). *A set of postulates for phonemic analysis*. *Language*, v. 24 (I), p. 3–46. London: Longman.
- Bloch, K. (2010). In *The Routledge Handbook of Forensic Linguistics*. New York: Routledge Taylor & Francis Group.
- Butters, R. (2007). *Sociolinguistic variation and the law*. In: Bayley, R.; *Sociolinguistic variation: theories, methods and applications*. New York: University Press.
- Caldas-Coulthard, C. R. (2014). *ReVEL: O que é a Linguística Forense?*. *ReVEL*, vol. 12, n. 23. Disponível em www.revel.inf.br. Acedido a 20 de março, de 2019.
- Câmara, Jr. J. Mattoso. (1970). *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes.
- Chaski, C. (1997). *Who wrote it? Steps toward a science of authorship identification*. Rockville: National Institute of Justice Journal.

- Chaski, C. (2001). *Empirical evaluations of language-based author identification techniques*. *Forensic Linguistics*, pp. 1–65, v. 8, N.º 1. Birmingham: University of Birmingham.
- Conley & O' Barr. (2005). *Just Words – Law, language and power*. Chicago: University of Chicago Press.
- Coulmas, F. (2003). *Writing systems: an introduction to their linguistics analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Coulthard, M. (2006). ...and then... Language Description and Author Attribution. Disponível em: https://www2.aston.ac.uk/migrated-assets/applicationpdf/lss/10186-Andthen_Coulthard.pdf (último acesso em junho de 2019).
- Coulthard, M. (2011). The Lingist as Expert Witness. *Studies in Pragmatics*, 13, pp. 38-54.
- Coulthard, M. & Johnson, A. (2007). *An Introduction to Forensic Linguistics: Language in Evidence*. New York: Routledge Taylor & Francis Group.
- Coulthard, M. & Johnson, A. (2010). *The Routledge Handbook of Forensic Linguistics*. New York: Routledge Taylor & Francis Group.
- Coutinho, Maria Antónia. (2002). *Perspectivas linguísticas sobre a noção de estilo*. In Duarte, I. M., Barbosa, J., Matos, S., Hüsgen, T., *Actas do Encontro Comemorativo dos 25 Anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto* (pp. 41-54). Porto: CLUP.
- Cunha, C. & Cintra, L. (2015). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Figueirinhas.
- Fiorin, J. L. (2008). *Em busca do sentido: estudos discursivos*. São Paulo: Contexto.
- Gibbons, J. (2003). *Forensic linguistics: an introduction to language in the justice system*. Malden, Mass: Blackwell Pub.

- Gillier, R. (2011). *O Disfarce da Voz em Fonética Forense* (Tese de Mestrado). Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Gleason, H. A. (1961). *An introduction to descriptive linguistics*. New York: Holt, Rinehart & Winston.
- Grant, T. (2004). *Authorship attribution in a forensic context*. Birmingham: University of Birmingham: Birmingham.
- Grant, T. (2013). Text messaging forensics - Txt 4n6: Idiolect free authorship analysis? In Coulthard, M. & Johnson, A. (Eds.). *The Routledge Handbook of Forensic Linguistics* (pp. 508-522). New York: Routledge Taylor & Francis Group.
- Halliday, M. A. K. (1989). *Language, Context and Text. Aspects of Language in a Socialsemiotic Perspective*. Oxford: Oxford University Press.
- Juola, P. (2008). *Authorship Attribution*. Foundations and Trends in Information Retrieval, Vol. 1, N.º 3, 233–334.
- Love, H. (2002). *Attribution authorship: an introduction*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Marquilhas, R., & Cardoso, A. (2011). O estilo do crime: A análise de texto em estilística forense. Em A. Costa, C. Flores, & N. Alexandre (Eds.), *XXVII Encontro Nacional da Associação 75 Portuguesa de Linguística - Textos selecionados* (pp. 416–436). Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística.
- Martins, F. (2013). Relatório do Núcleo de Investigação em Fonética Forense. Lisboa: CLUL.
- Martins, F., Rodrigues, C. & Brissos, F. (2014) *Fronteiras do vozeamento na identificação do falante*, Comunicação apresentada ao XIX Encontro Nacional da APL, Coimbra.
- McCombe, N. (2002). *Methods of Author Identification (B. A.)*. Dublin: Trinity College.

- McMenamin, G. R. (2002). *Forensic Linguistics: Advances in Forensic Stylistics*. Florida: CRC Press.
- McMenamin, G. R. (2010). Theory and practice of forensic stylistics. In Coulthard, M. & Johnson, A. (Eds.). *The Routledge Handbook of Forensic Linguistics* (pp. 487-507). New York: Routledge Taylor & Francis Group.
- Moita Lopes, L. P. (Org.). (2006). *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Olsson, J. (2008). *Forensic Linguistics: An Introduction to Language, Crime, and the Law*. Londres: Continuum.
- Olsson, J. (2009). *Wordcrime - Solving crime through forensic linguistics*. Londres: Continuum.
- Pereira, R. A. (2013). A prática de análise linguística mediada pelos gêneros do discurso: matizes sócio-históricos. *Letrônica*, vol. 6 (n.º 2), pp. 494-520.
Disponível em
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/viewFile/15020/11137>. Acedido a 18 de março, de 2019.
- Pinto, M. G. (2009). O interesse prático da Linguística Aplicada e a sua abrangência em termos de pesquisa. In Duarte, I., Figueiredo, O. & Veloso, J. (Eds.), *A linguagem ao vivo* (pp. 153-188). Porto: Flup.
- Rodrigues, M. da C. C. (2005). *Contributos para a análise da linguagem jurídica e da interação verbal na sala de audiências*. Universidade de Coimbra.
- Santos, I., A. (2008). *Unidades e processos fonológicos no falar da região da Terra Quente: contributos para a Linguística Forense* (Tese de Mestrado, Universidade do Minho). Retirado de
<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/9872/1/Unidades%20e%20processos%20fonol%C3%B3gicos%20no%20falar%20da%20regi%C3%A3o%20da%20Terra%20Quente%20contributos%20para%20a%20Lingu%C3%A1stica%20Forense.pdf>.

- Saussure, F. (1999). *Curso de Linguística Geral*. Alfragide: Publicações D. Quixote.
- Sousa-Silva, R. (2009). *Riqueza lexical como critério de deteção de autoria. Textos Seleccionados*. XXIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (pp. 575-587). Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística.
- Sousa-Silva, R. (2013). *Detecting plagiarism in the forensic linguistics turn* (Tese de Doutoramento). Universidade de Aston, Birmingham.
- Sousa-Silva, R. (2015). Plágio jornalístico: uma matéria de linguística forense?. In Coulthard, M., Colares, V., Sousa-Silva, R. (Org.). *Linguagem e Direito: os eixos temáticos*. Recife: ALIDI, p. 38-63.
- Sousa-Silva, R. (2016). Detecção de plágio intencional: uma abordagem da Linguística Forense. In Colares, V. (Org.). *Linguagem & Direito: caminhos para linguística forense*. 1ed. São Paulo: Cortez, p. 49-74.
- Sousa-Silva, R. & Coulthard, M. (2016). Linguística Forense. In Dinis-Oliveira, R. J., Magalhães, T. (Eds.) *O que são as Ciências Forenses? Conceitos, abrangência e perspectivas futuras* (pp.137-144). Lisboa: Pactor.
- Sousa-Silva, R., Grant, T. & Maia, B. (2010). 'I didn't mean to steal someone else's words!': A Forensic Linguistic Approach to Detecting Intentional Plagiarism. In 4th International Plagiarism Conference, Newcastle.
- Sousa-Silva, R., Laboreiro, G., Sarmiento, L., Grant, T., Oliveira, E., Maia, B. (2011). ?twazn me!!! ;(? Automatic Authorship Analysis of Micro-Blogging Messages. In Muñoz, R., Montoyo, A., Métais, E.. (Org.). *Natural Language Processing and Information Systems - 16th International Conference on Applications of Natural Language to Information Systems*, Heidelberg.
- Svartvik, J. (1968). *The Evans statements: a case for forensic linguistics*. Göteborg; Stockholm: Almqvist & Wiksell.
- Teles, L. (2015). *Atribuição de autoria em Linguística Forense: uma análise combinada para identificação de autor através do texto* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

- Turell, T. (2010). The use of textual, grammatical and sociolinguistic evidence in forensic text comparison. *The International Journal of Speech, Language and the Law*, vol. 17 (n.º 2), pp. 211–250.
- Varela, P. (2010). *O uso de atributos estilométricos na identificação da autoria de textos* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Curitiba.
- Varela, P. J., Justino, E. J. R., Oliveira, L. E. S. (2011). *Identificação de Autoria de Textos através do uso de Classes Linguísticas da Língua Portuguesa*. Apresentado em: *8th Brazilian Symposium in Information and Human Language Technology*, Cuiabá, pp. 174-178.

Anexo I – Texto 1, de Clara Ferreira Aves

Alves, C. F. (2009, março, 30) *Expresso online*. Disponível em https://expresso.pt/opiniao/opiniao_clara_ferreira_alves/os-gloriosos-anos-50=f505193. Acedido a 14 de outubro, de 2018.

Os gloriosos anos 50

Pela janela entra o som do amola-tesouras, um som de gaita-de-beiços que me recorda a infância. A cidade antiga, com mulheres que apregoam fava-rica nas esquinas e vendedores do folhetim da "Rosa do Adro", uma novela de cordel contrabandeada nas traseiras. Recordo o desenho vago da cara da Rosa do Adro, esboçada a carvão. Nunca descobri o que significava isto, Rosa do Adro. Nem idade do entendimento devia ter quando estas coisas existiam. Nasci no final dos anos 50. Década prodigiosa em que as pessoas, no rescaldo de duas guerras mundiais, descobriam a torradeira e o frigorífico, o DDT e a vacina da poliomielite.

Em breve os anos 60 tomariam conta da imaginação, com a Swinging London e os Beatles, o rock e os movimentos sociais, os hippies e as drogas. Nunca mais nada seria como era nos anos 50, em que os homens eram os chefes da família, usavam bigode e gravata, guiavam o carro (as mulheres não tinham carta) e iam para o emprego toda as manhãs para sustentar o 'lar'.

Era um mundo admiravelmente ordenado segundo a convenção, bafejado pelo bem-estar e a expansão económica, a paz e a primeira revolução tecnológica (a televisão, a bateadeira, o aspirador). Os códigos de honra eram apertados e as pessoas davam a palavra. Os mais pobres compravam açúcar amarelo e sapatos a prestações e os remediados compravam a primeira aparelhagem com som estereofónico - "this is stereo sound", dizia um homem em baixo profundo no LP de demonstração. E o primeiro electrodoméstico. Compravam e davam a palavra de honra de que pagavam a dívida. Muitos dos contratos de bairro entre o comerciante e o cliente começavam pela palavra de honra e um aperto de mão. As mãos tinham a sua importância nos anos 50. Não só porque se faziam muitas coisas com as mãos; também porque as pessoas que faziam

coisas com as mãos ainda não tinham começado a ser desrespeitadas e substituídas por máquinas.

Os homens cuidavam do jardim, manejavam pincéis e tintas, consertavam coisas eléctricas, subiam ao telhado e sabiam de canalizações. As tarefas não eram delegadas, eram distribuídas. Tudo se consertava: uma vareta de chapéu-de-chuva, um rádio fanhoso, uma mesa manca, uma fechadura romba, uma persiana encalhada. Os rapazes ajudavam os pais (e a garagem era um momento iniciático) e as raparigas ajudavam as mães na casa e cozinha. Os sapatos levavam meias-solas e ninguém deitava nada fora, nem ricos nem pobres. Deitar fora era um sinal de má-criação e desperdício. Os novos-ricos de pele descartável ainda não tinham nascido.

O dinheiro era velho ou não era. As pessoas eram bem-educadas e ensinavam os mais novos a não desrespeitar os mais velhos. Não existiam lares de terceira idade. Nem creches. Não falo desse tempo como de um tempo ideal, meia dúzia de coisas dos anos 50 necessitavam dessa introdução à modernidade que se chama igualdade dos direitos civis. Eu não queria ficar-me pelos labores femininos nem pela prepotência do velho código do Visconde de Seabra, em que as mulheres deviam obediência como animais domésticos. Andámos um longo caminho. O problema é que destruímos e substituímos tudo o que estava para trás e algumas das coisas que destruímos precisamos delas. Sentido de honra e de decência.

Respeito pela duração. Tudo isto me veio à cabeça quando fui ver esse filme bem escrito e inteligente que é "Gran Torino", de Clint Eastwood (e a América de Eastwood dava um livro). O filme não é sobre violência urbana nem tolerância nem racismo nem nenhum dos temas modernãos. O filme é sobre os anos 50 e o que deles sobra. Sobre um modelo de sociedade em que as pessoas eram responsáveis por si e não dependiam dos outros nem do Estado. Em que não precisavam de ser salvas e conviviam com os seus erros e fracassos sem desculpas. A vitimologia ainda não tinha sido inventada. Muito menos o reality show e a venda da dignidade. Nem os antidepressivos para curar a mania das compras ou do sexo.

Do the right thing. Faz a coisa certa. Andámos um longo caminho. E agora, que perdemos tantas coisas, talvez fosse bom recuperar algumas. Respeitar mais as concretas

mãos e menos o dinheiro abstracto. Deitar menos coisas fora. Consertar outras. Respeitar o planeta e a rua, deixando de os usar como lixeira à espera que o Estado venha atrás com o aspirador (já olharam para uma fotografia de rua de Lisboa nos anos 50?). Poupar os carros. Comprar menos tecnologias que nos despersonalizam e nos tornam twittering pardais afogados em pios irrelevantes. Escrever com a mão. Ler um livro com páginas de papel. Mexer na terra. Cozinhar com tachos e com colheres de pau. E contratar a melancolia do amola-tesouras para nos afiar as navalhas. Vamos precisar delas.

Anexo II – Texto 2, de Clara Ferreira Alves

Alves, C., F. (2009, dezembro, 24) *Expresso online*. Disponível em https://expresso.pt/opiniao/opiniao_clara_ferreira_alves/ifoodiei-ou-como-se-diz-em-ingles=f553128. Acedido a 14 de outubro, de 2018.

Foodie, ou como se diz em inglês...

Comer melhor não significa comer mais caro. Significa tempo e paciência.

Tornei-me uma foodie. Uma foodie é alguém que gosta muito de comida, de ver, de preparar, de comer. Gostar é quase amar, é assim como um fogo que arde sem se ver. Ou seja, foodie não apenas como paixão platónica e funcional, desconstruída e abstractizante, e sim como lírico e camoniano amor. Se, depois do abstractizante e do desconstruído, os leitores ainda estão comigo, podem continuar, prometo que não volta a acontecer.

Foodie. Ou, como diriam os ingleses vistos na perspectiva do saudoso Laurodórmio (ressuscitado no DVD da série do "Herman Enciclopédia", de longe a melhor coisa que se fez em Portugal em humor, a mais inteligente, a mais revolucionária, a mais obscenamente livre), "da fóóóodai". Ou, como diriam os verdadeiros ingleses, "da fuuuedie". Um foodie, ou uma foodie, não pode ser confundido com o guloso ou a sua forma mais extrema e prevaricadora, o glutão. O foodie não é gordo, não é gorduroso e não é fácil de aturar, porque é exigente. Não é vegetariano, nem biológico, nem macrobiótico, nem orgânico. Não é verde, nem vermelho, nem ecologista, nem transgénico. É alguém que compra alimentos frescos, que aprecia mercados como La Boqueria, de Barcelona, e que foge de hipermercados e ultracongelados. É alguém que não gosta muito de muitos restaurantes, a não ser, como na anedota, pelo convívio. Quando digo restaurantes não estou a falar de estrelas Michelin nem de listas elitistas, estou a falar de restaurantes normais, sendo certo que prefiro uma tasca de ruela e vinho da casa e um restaurantezinho familiar escondido no meio do sobrado e da cal do Alentejo às espumas e rendas carbónicas de Ferran Adrià. Embora um Château d'Yquem seja um Château d'Yquem. O foodie tem geografia sentimental. E hábitos. Um foodie prefere passar fome a comer depressa e em pé.

Muitos restaurantes nem sempre estão à altura da gastronomia portuguesa, com reconhecidas exceções. Não sabem temperar uma salada, não sabem usar especiarias, não sabem usar o frigorífico, não sabem prescindir do pão eléctrico e vácuo, não sabem a diferença entre cru e curado, não sabem comprar peixe nem carne, não se interessam pelos pormenores. E os pormenores são a substância. Cavam-se abismos entre frango de aviário, galinha do campo e pintada, entre vazia, lombo e bochecha, entre captura e aquicultura, entre sol e estufa, entre azeite virgem e óleo, entre manteiga e margarina, entre sal e flor de sal, entre orégão seco e orégão ressequido, entre pimenta em grão e moída, entre café brasileiro e colombiano, entre tripa e morcela, entre linguiça e farinheira, entre chocolate preto e manteiga de cacau, etc., etc.

Comer melhor não significa comer mais caro. Significa tempo e paciência. A comida orgânica teve anos de má reputação. Tudo era murcho, amarelado e decadente. A maçã era pequenina e bichada, a uva era aguada, a carne era incolor, insípida e inodora, os ovos eram brancos e brancos em vez de amarelos e brancos. Hoje, a comida orgânica, sem aditivos nem conservantes, sem químicos nem pesticidas, é de grande qualidade. Pode ser cultivada numa escala de jardim. Dois palmos de terra bastam para as ervas. Manjerição (o tomate sem o manjerição fica viúvo), estragão, salsa, hortelã, rosmaninho, funcho, segurelha... e cuidado com os caracóis.

Em Londres, existem várias lojas do empório Whole Foods, uma cadeia que nasceu na Califórnia e que pertence a uma filosofia foodie que descende da senhora Alice Waters, fundadora do restaurante californiano Chez Panisse. Waters dedica-se agora a fazer com que as escolas americanas comecem a adoptar menus saudáveis em vez de fast food e doces de fábrica. Os foodies, bem entendido, são adeptos da slow food, da comida com vagar e sem linhas de montagem.

Nos mercados Whole Foods encontra-se tudo e tudo é bom e fresco. Os fornecedores, da carne à fruta, do peixe aos secos e molhados, contam a história das suas quintas e da sua relação com o que fazem. Há revistas, receitas, cursos de cozinha, provas de vinhos, encontros de foodies, palestras e viagens. Como um clube, exactamente. Com site na Internet.

Uma educação sobre o que comemos sem o proselitismo desagradável. Na minha infância, quase toda a comida era assim. Whole. Uma gema de ovo batida com cerveja preta, canela e açúcar amarelo dava um lanche. Os pêssegos sabiam a néctar e no Outono confeccionavam-se compotas com a fruta mole. Quem provou um doce de figo e paus de canela ou de abóbora amarela, sabe do que falo. Morno. Espalmado em fatias de pão de trigo. Huuummm. Ver o filme "Julia e Julie", de Nora Ephron, sobre Julia Child, é o presente de Natal do foodie. Delicioso. Delicious. Ou, como diriam os ingleses, "delaichoses".

Anexo III – Texto 3, de Clara Ferreira Alves

Alves, C., F. (2009, outubro, 19) *Expresso online*. Disponível em https://expresso.pt/opiniao/opiniao_clara_ferreira_alves/foi-voce-que-pediu-maioria-absoluta=f541714. Acedido a 14 de outubro, de 2018.

Foi você que pediu maioria absoluta?

Digam-nos o que podemos fazer pela nossa cidade.

Na minha freguesia votamos ordeiramente. Vejo pessoas, vejo pessoas que se comportam como tão desejados cidadãos, votando para decidir a sua cidade. Vejo 'pilares da democracia' e uma classe média informada. Não é uma freguesia rica nem pobre, e não lhe chamaria remediada. É uma freguesia que tem a sorte e a teimosia e os rendimentos para poder viver numa das melhores zonas de Lisboa. Uma zona central, residencial, com muitos prédios antigos, alguns palácios, um jardim belíssimo chamado Príncipe Real e outro chamado Jardim Botânico, alguns museus, escolas superiores e secundárias, lojas, galerias, restaurantes, cafés e as famosas pastelarias de Lisboa onde, como dizia o O'Neill, a aventura morria.

No Outono, as pastelarias têm montras com tigelas de marmelada e os doces de ovos pingados. E as bolas de Berlim, os pastéis de nata, os bolos de arroz. Há tascas antigas com quadros de ardósia e ementas a giz com iscas e pataniscas e há restaurantes modernos com linhas geométricas, tintas brancas e negras, cadeiras translúcidas e candeeiros metálicos. Há uma mercearia gastronómica com uma das mais belas montras da cidade às vezes cheia de bombons e uma florista que dá vontade de comprar girassóis todos os dias. Aos sábados de manhã há um mercado biológico onde se encontram amigos e conhecidos e pessoas que pensam e prezam o ambiente e deambulam os estrangeiros residentes ou em visita.

Das janelas dos andares altos tem-se vista para o Tejo. Os mais privilegiados têm uma vista da cidade de Lisboa a 360 graus. Como uma casa que conheço. De um dos lados consegue ver-se, como diz o poema, para sempre. Num dia claro. Vêem-se os rastos de espuma dos cacilheiros, os mares dentro do Tejo, os verdes e roxos da outra banda, o nascer e o pôr-do-sol, as nuvens reflectidas no espelho do rio, o casario espreado até à

Baixa, os quintais e terraços, os telhados com antenas esqueléticas, os vasos com sardinheiras, as palmeiras desnorteadas a sul, as recordações das casas amarelas, e das cor-de-rosa, as varandas ferrugentas, os portões de ferro forjado, os pombos nos beirais, o metal incandescente das tempestades. Vê-se o largo rio e os seus humores, dias em que é chumbo derretido e dias em que é esmeralda rutilada.

Ouve-se a respiração funda da cidade, a passarada empoleirada nas árvores, o miar dos gatos com cio, os risos de crianças no recreio, as buzinas, os eléctricos, os pneus a chiar, as telefonias dentro de casas com cortinas de crochet e as bengalas dos velhos na calçada. Ouve-se o ranger das gruas no porto e as sirenes dos navios que partem na direcção do mar com o Bugio como um polícia sinaleiro.

Se a cidade deixasse de respirar ouvir-se-ia o grito das gaivotas no nevoeiro e o pregão dos vendedores de castanhas assadas que anunciam o Inverno. E os carros na ponte, forçando o metal. Nos dias de chuva ouve-se a água a correr nas goteiras e o ronco subterrâneo das entranhas de Lisboa.

Do outro lado vêem-se os pinheiros mansos do castelo, as ameias cor de areia, os mosteiros e conventos alinhados como sentinelas, as torres das igrejas, os labirintos dos bairros mouriscos.

Nos dias de calor deste Verão indiano, a casa não aguenta o brilho de tanta luz e tanto céu e refugia-se na sombra e no fresco. No bairro, cheira a comida a ferver em panelas e a pão quente noutras. Uma velha padaria tem queques e carcaças com bifanas e malgas de sopa. Existe um vendedor de tapetes persas e um antiquário com máscaras africanas. Existem oficinas e mercearias. Sapateiros e ourives. Artistas e artesãos. Ali mora uma população que tem a sorte de viver no melhor pedaço de Lisboa, das Amoreiras até à Baixa.

O meu bairro é vizinho deste bairro, partilhando a freguesia. Tem algumas das coisas do Príncipe Real, algumas, não todas. Tem mais cheiro a gasolina queimada e mais engarrafamentos, menos lojas e prédios menos bonitos. Menos reabilitação. Menos árvores. Menos ar puro. Não é, conclui-se, um mau lugar para se viver, mesmo sem a

vista do mundo da janela da casa. Há nespereiras e figueiras nos quintais, limoeiros e roseiras. E quiosques. E esplanadas. E pessoas.

Nos dias em que se consegue ver para sempre, com a luz do sol a queimar o rio e os olhos, imagino Lisboa como ela poderia ser. Uma cidade feita como uma casa. Uma cidade respeitada pelos seus habitantes e pelos seus visitantes.

A equipa de António Costa tem as condições para ajudar a fazer essa Lisboa. Não me digam o que vão fazer por mim e pela minha cidade daqui a vinte anos. Digam-me o que podem fazer amanhã de manhã. E não nos deixem de fora dessa decisão. Digam-nos o que podemos fazer pela nossa cidade.

Anexo IV – Texto 1, de Ricardo Santos Pinto

Pinto, R. S. (2009, janeiro, 28). 5 Dias. Disponível em <http://5dias.net/2009/01/28/%C2%ABaldrabice-ou-matreirice-sem-vergonha%C2%BB-ou-como-jose-socrates-mentiu-descaradamente/>. Acedido a 14 de outubro, de 2018.

«Aldrabice ou matreirice sem vergonha», ou como José Sócrates mentiu descaradamente

Retomo o tema do «post» do Carlos Vidal, «Aldrabice ou matreirice sem vergonha», a propósito do relatório encomendado pelo Governo sobre as reformas do ensino em Portugal.

Ontem, em toda a comunicação social, era vendido que a OCDE fez um estudo, no qual elogiava as reformas do Governo português em matéria de sistema de ensino. No «site» do PS, como muito bem anotou o Carlos Vidal, referia-se que «Relatório da OCDE elogia política da Educação do Governo PS».

E ao dizer que se tratava de um relatório da OCDE, o primeiro-ministro mentiu. Eu ouvi. O meu pai costuma dizer que quem mente é mentiroso. Assim mesmo, com todas as letras.

O que não disse José Sócrates é que as conclusões do relatório foram baseadas num relatório prévio elaborado pelo Ministério da Educação.

O que não disse José Sócrates foi qual a composição do grupo de trabalho que elaborou este relatório. O Presidente, Alexandre Ventura, é o Presidente da Comissão Científica da Avaliação de Professores. Os quatro peritos portugueses (João Formosinho, grande defensor das políticas do Ministério, Isabel Alçada, directora do Plano Nacional de Leitura, com sede na 5 de Outubro, e personalidade muito próxima do Governo, Rosa Martins e Lucília Salgado) são militantes do PS ou estão muito próximos do Partido.

O que não disse José Sócrates foi que o título do relatório é «Avaliação internacional para o Ministério da Educação», que foi editado pelo GEPE – Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, que foi executado graficamente na Editorial do

Ministério da Educação e que, no final, aparece a anotação «Relatório para o Ministério da Educação».

O que não disse José Sócrates é que essa tal de Deborah Roseveare (quem o ouviu, pôde constar o seu excelente Inglês Técnico) escreveu apenas o prefácio e não é autora de qualquer relatório.

O que não disse José Sócrates é que foram ouvidos sete concelhos portugueses, dos quais seis são presididos pelo PS (Guimarães, Santo Tirso, Amadora, Ourique, Lisboa, Portimão) e o sétimo (Gondomar) por um independente, Valentim Loureiro, que se tem destacado nos elogios à Ministra da Educação e ao Primeiro-Ministro.

E logo Gondomar! Azarito. Eu vivo em Rio Tinto, no concelho de Gondomar, e conheço vários familiares e amigos que leccionam nas sacrossantas AEC's – Actividades de Enriquecimento Curricular, a jóia da coroa da Ministra da Educação. Melhor do que ninguém, eles conhecem a excelência da «escola a tempo inteiro».

Em Gondomar, os professores só recebem as horas que trabalham, em contratos de nove meses, renovados ou não todos os anos. Se faltarem, seja por que motivo for, não recebem – seja por uma consulta médica, seja pela morte de um familiar, seja por assistência a filho menor, seja pela realização de uma ecografia pré-parto, seja simplesmente porque é feriado (direitos básicos de qualquer cidadão). Recebem 10 euros por hora, embora haja outros concelhos, como Cinfães (também PS), que só pagam 7. E outros menos ainda.

Em Gondomar, estamos a iniciar o mês de Fevereiro e ainda não chegaram os manuais escolares para todos os alunos.

Em Gondomar, há escolas onde não existe mais do que um rádio. Se vários professores, de Inglês, por exemplo, precisarem de fazer aulas com rádio ao mesmo tempo, têm de levar o seu próprio material.

Em Gondomar, algumas aulas de TIC são dadas com 6 ou 7 computadores para turmas com quase 30 alunos.

Em Gondomar, há escolas que não têm pavilhão e alunos que têm actividade física no recreio, perturbando as aulas que decorrem dentro das salas. Quando chove, ficam na sala a fazer alguns exercícios (os possíveis dentro de uma sala repleta de mesas e cadeiras), a pintar desenhos ou a ver filmes.

Em Gondomar, ter pavilhão nada significa. Muitas vezes, funciona como cantina durante o almoço. Assim, as aulas são dadas com cheiro a comida, às vezes em mesas cheias de gordura. Também há salas de aula transformadas em cantinas. Noutras ocasiões, no mesmo pavilhão estão duas ou mais turmas a ter actividades ou aulas de apoio em simultâneo.

Em Gondomar, nem sempre há material para os professores de Educação Física usarem. Alguns compram-no do próprio bolso.

Em Gondomar, muitas escolas não têm aquecimento, apenas pequenos aquecedores a óleo que não aquecem nada.

Em Gondomar, os funcionários são poucos, mal pagos e têm muito trabalho: controlar entradas e saídas de alunos e professores, tomar conta nos recreios, fazer curativos, limpar a escola, servir refeições, arrumar a cozinha, tratar das louças, etc). Muitos desses funcionários (desempregados contratados pela Junta de Freguesia) são tarefeiros e têm horários que chegam a ser de duas (?) horas por dia. Escusado será dizer que levam uma fortuna para casa no final do mês.

Rico exemplo, o de Gondomar, sim senhor – exemplo acabado da excelência das políticas educativas do Ministério de Maria de Lurdes Rodrigues. Isso, José Sócrates não disse.

Para o senhor Major não ficar aborrecido comigo (mesmo não sendo eleitor do seu concelho, mas sim do Porto), sempre direi que o concelho de Gondomar, no que toca às actividades extra-curriculares, nem sequer é dos piores. E direi também que é verdade que a Câmara tem feito um esforço, a nível de instalações, para melhorar as condições dos seus alunos.

Mas sendo, ainda assim, muito mau, não se percebe por que razão serve de exemplo para um tão propalado e elogiado relatório.

Um relatório que, apesar do que dizem aqueles que mentem, não é da OCDE.

Anexo V – Texto 2, de Ricardo Santos Pinto

Pinto, R. S. (2009, maio, 24). Avenir. Disponível em <https://aventar.eu/2009/05/24/requiem-pela-ministra-da-educacao-iii/>. Acedido a 14 de outubro, de 2018.

Requiem pela Ministra da Educação (III)

Claro que, para toda a gente, os professores não querem ser avaliados. Para toda a gente, professores e sindicalistas (as centenas que há anos não entram numa sala de aula e que, em nome dos professores, assinam entendimentos com fins meramente partidários e que vendem os seus representados à primeira oportunidade) é exactamente a mesma coisa.

É fácil generalizar e uma mentira dita muitas vezes transforma-se em verdade. Mas a realidade desmente-o: não têm faltado, na internet e nas escolas, a apresentação de modelos alternativos ao modelo chileno que este ministério optou por implementar. Ai, ai, esse grande país que é o Chile!

A Fenprof já apresentou um modelo alternativo. A FNE prepara-se para fazer o mesmo. O professor Paulo Guinote, em «A Educação do Meu Umbigo», também já o fez: “Corresponder ao final de cada ciclo de progressão, servindo exactamente para definir a passagem ao escalão seguinte.

Corresponder a períodos de três anos – o que implicaria uma progressão na carreira com mais níveis salariais e sem saltos tão grandes entre níveis.

Basear-se na apresentação pública de duas aulas, uma sobre a actividade desenvolvida no período anterior, podendo ser mais geral (apreciação global do trabalho realizado) ou mais específica (apresentar uma intervenção mais particular em torno de um problema) e outra sobre o(s) projecto (s) a desenvolver no período trianual seguinte (actividades não lectivas a dinamizar, projectos inovadores no trabalho em sala de aula). A prova seria avaliada por um júri que incluísse um elemento do Ensino Superior na área das Ciências da Educação ou da área científica de origem do avaliado, o(a) Presidente do órgão de gestão da Escola, um elemento a designar pelo ME (potencialmente um inspector qualificado para o efeito), um representante da comunidade educativa (por exemplo da Associação de Pais) e o

coordenador do Departamento Curricular (no caso da avaliação destes, seria substituído, por exemplo, pelo Coordenador dos Docentes do seu ciclo de ensino).

Essa prova contaria para 50% a 70% da avaliação (25% a 35% por cada aula), sendo o restante resultante de uma avaliação realizada internamente quanto ao desempenho do docente em termos de assiduidade, inserção no projecto educativo da escola, cumprimento das actividades lectivas e tarefas não lectivas, numa grelha com não mais de 10 parâmetros.»

Vão continuar a dizer que não conhecem nenhum modelo alternativo ao modelo chileno?

Cá por mim, e apesar de não ter nada que andar a apresentar modelos de avaliação (sou professor, não político ou sindicalista), eu optava pelo modelo de avaliação de professores da Finlândia.

É o exemplo para tudo, não é, o finlandês? Até querem acabar com os chumbos, porque assim se faz na Finlândia! Então, eu quero ser avaliado segundo o modelo finlandês.

No meio disto tudo, faça-se justiça à ministra. Nada disto partiu da sua cabeça. Não me parece que seja assim tão inteligente. João Freire, sociólogo, foi o seu grande mentor.

Da sua cabeça saiu, sim, o tipo de discurso e pose utilizados, e isso é indesculpável. Um ministro é um patrão, e um patrão não se deve esforçar para que os seus funcionários o detestem. Mesmo que tome medidas contra os interesses dos seus funcionários, não o deve fazer com arrogância e altivez, como se quisesse «trucidar» (nas palavras de um Secretário de Estado) quem não está de acordo com ele. Correia de Campos fez reformas e pôs em causa interesses, mas não me lembro de uma palavra mais desagradável contra os seus funcionários, como os médicos. Não precisou de gritar nem de insultar para ter razão.

Pessoalmente, não lhe perdoo a forma como me desmotivou. A forma como me «pintou» aos olhos da sociedade portuguesa, do resto da comunidade educativa. Lembro com saudades o ano de estágio – todos os meus alunos desse ano foram convidados para o meu casamento, todos foram e juntaram 40 contos (era dinheiro em 1996!) e uma salva de prata para me oferecer. Lembro-me como então abri um conflito familiar, porque convidei os meus alunos e não convidei os meus primos. Lembro-me que ainda hoje continuo a

jantar com eles de vez em quando. Lembro-me que, alguns anos mais tarde, os meus alunos do 9.º ano ficaram sem uma visita de estudo que lhes estava prometida e, para compensá-los, fui uma semana para o campismo com eles. Depois das aulas acabarem e responsabilizando-me pessoalmente por tudo perante os pais. Lembro-me que, ainda em 2005, ficava na escola até à meia-noite, às vezes, só para poder acabar o Jornal da Escola a tempo de ser entregue aos alunos.

Não precisava de leis para estar na escola horas infinitas. Não precisava de avaliações para correr quilómetros para encontrar um filme ou uma música para mostrar aos meus alunos. Não precisava de agradecimentos, mas também não precisava de ser insultado diariamente por quem manda em mim. Nem precisava de generalizações – se havia quem não cumpria e por isso tinha de ser responsabilizado, e para isso era necessário mudar a lei (e muito bem), isso não significava que todos tivessem de ser metidos dentro do mesmo saco.

Aos que pensam que todos os professores são iguais, aos que pensam que é um paraíso ser professor, só queria vê-los uma semana a trabalhar numa escola difícil, num dos Bairros Sociais do Porto ou de Lisboa. Olhem que não é fácil, não é nada fácil.

E se num tom irónico, no final do seu mandato, a ministra veio pedir desculpas pela desmotivação que criou aos professores, devia era ter pedido desculpa a todo o sistema público de ensino. Porque, ao fim de três anos e depois de tanta histeria, nada mudou de realmente importante.

Perdão, mudou a situação das escolas públicas nos rankings das escolas. Já se sabe que é estupidez comparar ensino privado (onde os alunos são seleccionados à lupa) com ensino público, que faz muito mais em condições muito mais difíceis.

Mas já se pode comparar o desaparecimento do ensino público dos lugares cimeiros nos últimos anos. À medida que as medidas de Maria de Lurdes Rodrigues foram sendo implementadas, as escolas públicas foram desaparecendo do mapa:

Média 2001/2006 – 2 escolas públicas nos 10 primeiros lugares; 6 nos 20 primeiros; 10 nos 25 primeiros; 33 nos 50 primeiros.

2007 – 1 nos 10 primeiros; 5 nos 20 primeiros; 9 nos 25 primeiros; 28 nos 50 primeiros.

2008 – 0 (ZERO) nos 10 primeiros; 3 nos 20 primeiros; 7 nos 25 primeiros; 23 nos 50 primeiros.

Mais do que as medidas, mais do que os resultados, foi o discurso e a pose que a fizeram perder a razão. E por isso foi derrotada. Três anos de insultos diários aos professores e de humilhação total – «os professorzecos» – tinham de dar nisto.

Paz à sua alma!

Anexo VI – Texto 3, de Ricardo Santos Pinto

Pinto, R. S. (2009, maio, 14) Aventar. Disponível em <https://aventar.eu/2009/05/14/o-que-eu-penso-deste-governo-do-primeiro-ministro-dos-15-ministros-e-do-senhor-que-deambula-pelo-ministerio-da-cultura-i/>. Acedido a 14 de outubro, de 2018.

O que eu penso deste Governo: do primeiro-ministro, dos 15 ministros e do senhor que deambula pelo Ministério da Cultura (I)

Como já terão percebido, não nutro grande simpatia por este Governo. Aliás, não nutro simpatia nenhuma. Considero-o mesmo muito fraco, tanto o primeiro-ministro como os restantes ministros. Neste «post», farei a análise individual de cada um dos seus membros. Uma análise que não se esforça por ser objectiva nem imparcial. Afinal, do que eu gosto mesmo é de malhar no Governo.

Primeiro-Ministro, José Sócrates – Vaidoso, cínico e arrogante. Defeitos de personalidade, que só aponto por se reflectirem na sua actuação política. Mostrou ao que vinha logo no dia da tomada de posse. Num momento solene da maior importância, veio dizer que os juizes tinham demasiadas férias e que era preciso reduzi-las. Como se esse fosse o problema central do país. Mas era necessário começar a pôr a sociedade portuguesa contra os funcionários públicos. Primeiro, foram os juizes, a seguir viriam os professores. Para justificar reformas, não apelou à bondade das mesmas. Preferiu desenvolver uma «campanha negra» contra todos aqueles que se lhe opunham. Achincalhando, maltratando, desprezando e atizando a opinião pública contra as «corporações». Sempre em nome das reformas, porque todos têm de dar a sua contribuição para resolver a grave situação do país, não se esqueceu de dizer. Só se esqueceu de englobar nesta ajuda os Bancos, que continuam a pagar muito menos impostos do que a generalidade das empresas portuguesas. Ao invés, viria no final do seu mandato em socorro de Bancos minúsculos que se dedicam à gestão de fortunas. Toda a sua política é de Direita, mas uma Direita à direita do PSD. Exemplos? O encerramento de escolas que tinham acabado de receber obras e que tinham mais de 20 alunos, sem que as escolas de destino estivessem prontas; o fecho de Maternidades e Urgências; o desejado encerramento de Tribunais; o fim das isenções fiscais para os deficientes, mesmo os que recebem pensões medianas; o Código Laboral, muito mais agressivo para os

trabalhadores do que o Código de Bagão Félix; o desejado aumento do período experimental para 180 dias; a facilitação dos desempregos; a legalização dos falsos recibos verdes; a recusa do casamento entre pessoas do mesmo sexo; a obsessão pelo défice; o aumento dos impostos; as mentiras, a propósito da avaliação dos professores ou do relatório da «OCDE»; ou os tiques autoritários, bem presentes nos telefonemas para os directores de jornais, nos processos a bloggers como o professor António Balbino Caldeira e na forma como premeia, com reconduções e promoções, os bufos do regime, como se viu bem no caso do professor Charrua. É uma personalidade vazia de conteúdo, de ideologia, de sentido do dever. As prestações na Assembleia da República mostram-no. Ri-se como um perdido quando lhe falam do desemprego, das dificuldades sociais, dos pobres, da fome. Ri-se sempre. Do seu passado, não param de sair esqueletos mal guardados e mal conservados. Fez uma licenciatura manhosa ao Domingo, por fax, com quatro das cinco cadeiras leccionadas pelo mesmo professor, o mesmo que está agora a ser julgado por corrupção na Cova da Beira (e no qual ele também já foi chamado a depor); assinou projectos que não eram da sua autoria só porque os verdadeiros autores não podiam legalmente assiná-los; foi sócio fundador de uma empresa, a Sovenco, da qual não se lembra, juntamente com Armando Vara (posteriormente demitido do Governo devido às falcaturas da Fundação para a Prevenção e Segurança) e Virgílio Ferreira (posteriormente condenado a prisão por corrupção no Centro de Exames de Tábua); alterou a Zona de Protecção Especial do Estuário do Tejo e legalizou o Freeport de Alcochete num prazo supersónico, a três dias das eleições legislativas, segundo confessou Charles Smith a um administrador da Freeport em troca de dinheiro; viu desaparecerem misteriosamente do Notário documentos da escritura da casa da sua mãe; ele próprio comprou uma luxuosa casa no Heron Castilho por metade do preço normal e denota evientes sinais exteriores de riqueza. Entretanto, depois de negar durante meses a fio a crise que se avizinhava, e depois de a aproveitar para se fazer de kalimero, deixou de governar e passou a fazer campanha eleitoral. Num aspecto, no entanto, temos de lhe dar mérito. Apesar dos problemas, não fugiu, ao contrário dos seus antecessores Guterres e Durão. Mas também, quem é que o queria?

Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado – Começou como Ministro da Defesa mas teve de substituir Freitas do Amaral nos Negócios Estrangeiros. Fala

poucas vezes e quase sempre mal. Disse que se demitia se se viesse a comprovar a passagem de aviões pelo espaço aéreo português em direcção a Guantanamo, mas continua no seu posto. Continua, de braço estendido, à espera que o primeiro-ministro o cumprimente.

Ministro de Estado e das Finanças, Teixeira dos Santos – Substituiu Campos e Cunha e uma das suas primeiras medidas foi nomear Armando Vara, um simples caixa, para a Administração da Caixa Geral de Depósitos e, depois, conseguir pô-lo no BCP, não sem antes ser promovido de novo na Caixa. Durante três anos, teve no combate ao défice a sua maior obsessão. Hoje, o défice ultrapassa os 6%. Como prémio, foi eleito o pior Ministro das Finanças da Comunidade Europeia.

Quanto ao seu antecessor, foi afastado por ser contra as grandes obras públicas.

Ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira – O homem de mão do primeiro-ministro, sempre fiel e obediente. É utilizado para dar a cara sempre que é preciso. Ficou conhecido, há uns meses, por se saber que telefona aos jornalistas antes das entrevistas para saber quais serão as perguntas. Foi Mário Crespo que o disse. Quanto ao resto, ainda não se percebeu muito bem qual é a sua utilidade na governação do país.

Ministro da Defesa, Nuno Severiano Teixeira – Ocupou o cargo dque era de Luís Amado. Passagem discreta pelo Governo. Tão discreta que tive de ir ver, no «site» oficial do Governo, quem ocupava actualmente a pasta. Assistiu em silêncio a afirmações demolidoras de generais na reserva, do género «o moral das Forças Armadas está no limite do razoável» ou «o mal-estar generalizado no seio das Forças Armadas». À parte o plágio de um artigo do «Washington Post» num texto que «escreveu» no «Diário de Notícias» em 2005, não me lembro de mais nada de relevante que tenha feito.

Anexo VII – Texto X

Pinto, R. S. (2009, janeiro, 12). 5 Dias. Disponível em <http://5dias.net/2009/01/12/momentos-de-lucidez/>. Acedido a 14 de outubro, de 2018.

Momentos de lucidez

Mário Soares, num dos momentos de lucidez que ainda vai tendo, veio chamar a atenção do Governo, na última semana, para a voz da rua. A lucidez, uma das suas maiores qualidades durante uma longa carreira política.

A lucidez que lhe permitiu escapar à PIDE e passar um bom par de anos, num exílio dourado, em hotéis de luxo de Paris. A lucidez que lhe permitiu conduzir da forma «brilhante» que se viu o processo de descolonização. A lucidez que lhe permitiu conseguir que os Estados Unidos financiassem o PS durante os primeiros anos da Democracia. A lucidez que o fez meter o socialismo na gaveta durante a sua experiência governativa. A lucidez que lhe permitiu governar sem ler os «dossiers». A lucidez que lhe permitiu não voltar a ser primeiro-ministro depois de tão fantástico desempenho no cargo. A lucidez que lhe permitiu pôr-se a jeito para ser agredido na Marinha Grande e, dessa forma, vitimizar-se aos olhos da opinião pública e vencer as eleições presidenciais. A lucidez que lhe permitiu, após a vitória nessas eleições, fundar um grupo empresarial, a Emaudio, com «testas de ferro» no comando e um conjunto de negócios obscuros que envolveram grandes magnatas internacionais.

A lucidez que lhe permitiu receber do Estado, ao longo dos últimos anos, donativos e subsídios superiores a um milhão de contos. A lucidez que lhe permitiu receber, entre os vários subsídios, um de quinhentos mil contos, do Governo Guterres, para a criação de um auditório, uma biblioteca e um arquivo num edifício cedido pela Câmara de Lisboa. A lucidez que lhe permitiu receber, entre 1995 e 2005, uma subvenção anual da Câmara Municipal de Lisboa, na qual o seu filho era Vereador e Presidente. A lucidez que lhe permitiu que o Estado lhe arrendasse e lhe pagasse um gabinete, a que tinha direito como ex-Presidente da República, na... Fundação Mário Soares. A lucidez que lhe permite que, ainda hoje, a Fundação Mário Soares receba quase 4 mil euros mensais da Câmara Municipal de Leiria. A lucidez que lhe permitiu fazer obras no Colégio Moderno, propriedade da família, sem licença municipal, numa altura em que o Presidente era...

João Soares. A lucidez que lhe permitiu silenciar, através de pressões sobre o director do «Público», José Manuel Fernandes, a investigação jornalística que José António Cerejo começara a publicar sobre o tema. A lucidez que lhe permitiu candidatar-se a Presidente do Parlamento Europeu e chamar dona de casa, durante a campanha, à vencedora Nicole Fontaine. A lucidez que lhe permitiu considerar José Sócrates «o pior do guterrismo» e ignorar hoje em dia tal frase como se nada fosse. A lucidez que lhe permitiu passar por cima de um amigo, Manuel Alegre, para concorrer às eleições presidenciais uma última vez. A lucidez que lhe permitiu, então, fazer mais um frete ao Partido Socialista. A lucidez que lhe permitiu ler os artigos «O Polvo» de Joaquim Vieira na «Grande Reportagem», baseados no livro de Rui Mateus, e assistir, logo a seguir, ao despedimento do jornalista e ao fim da revista. A lucidez que lhe permitiu passar incólume depois de apelar ao voto no filho, em pleno dia de eleições, nas últimas Autárquicas. No final de uma vida de lucidez, o que resta a Mário Soares? Resta um punhado de momentos em que a lucidez vem e vai. Vem e vai. Vem e vai. Vai... e não volta mais.

Anexo VIII

< anterior

início

seguite >

Este é o maior fracasso da democracia portuguesa por Clara Ferreira Alves

Luis Moreira

17.10.13

Eis parte do enigma:
Mário Soares, num dos momentos de lucidez que ainda vai tendo, veio chamar a atenção do Governo, na última semana, para a voz da rua.
A lucidez, uma das suas maiores qualidades durante uma longa carreira política.
A lucidez que lhe permitiu escapar à PIDE e passar um bom par de anos, num exílio dourado, em hotéis de luxo de Paris.
A lucidez que lhe permitiu conduzir da forma "brilhante" que se viu o processo de descolonização.
A lucidez que lhe permitiu conseguir que os Estados Unidos financiassem o PS durante os primeiros anos da Democracia.
A lucidez que o fez meter o socialismo na gaveta durante a sua experiência governativa.
A lucidez que lhe permitiu tratar da forma despurada amigos como Jaime Serra, Salgado Zenha, Manuel Alegre e tantos outros.
A lucidez que lhe permitiu governar sem ler os "dossiers".
A lucidez que lhe permitiu não voltar a ser primeiro-ministro depois de tão fantástico desempenho no cargo.
A lucidez que lhe permitiu pôr-se a jeito para ser agredido na Marinha Grande e, dessa forma, vitimizar-se aos olhos da opinião pública e vencer as eleições presidenciais.
A lucidez que lhe permitiu, após a vitória nessas eleições, fundar um grupo empresarial, a Emaudio, com "testas de ferro" no comando e um conjunto de negócios obscuros que envolveram grandes magnatas internacionais.
A lucidez que lhe permitiu utilizar a Emaudio para financiar a sua segunda campanha presidencial.
A lucidez que lhe permitiu nomear para Governador de Macau Carlos Melancia, um dos homens da Emaudio.
A lucidez que lhe permitiu passar incólume ao caso Emaudio e ao caso Aeroporto de Macau e, ao mesmo tempo, dar os primeiros passos para uma Fundação na sua fase pós-presidencial.
A lucidez que lhe permitiu ler o livro de Rui Mateus, "Contos Proibidos", que contava tudo sobre a Emaudio, e ter a sorte de esse mesmo livro, depois de esgotado, jamais voltar a ser publicado.
A lucidez que lhe permitiu passar incólume as "ligações perigosas" com Angola, ligações essas que quase

Autores

[bandalargablogue](#)

[Catarina Oliveira](#)

[Estadista](#)

[Fernando S](#)

[José Estrela](#)

[Luis Moreira](#)

[Notas da Ilha](#)

[parasilagem](#)

[Rafael Chust](#)

[RUI SANTOS](#)

[Vitor Hugo Ferreira](#)

Posts recentes

[PS: o direito dos cidadãos](#)

[Centeno tem razão: não h...](#)

[A social-democracia é o i...](#)

[O Prof Louçã está a perde...](#)

[Na Venezuela haverá um di...](#)

[Na saúde só há um lado o...](#)

[O Bloco de Esquerda a dar...](#)

[A União Europeia baseia-s...](#)

[45 anos depois: o desafio...](#)

[Predominantemente público...](#)

Contador

Desastre

[akinumeros.com/estado](#)

Links

Fig. 1 - <https://bandalargablogue.blogs.sapo.pt/616833.html>. Acedido a 14 de outubro, de 2018.

domingo, 26 de junho de 2011

Artigo de Clara Ferreira Alves sobre Mário Soares.

O 'GRANDE' MÁRIO SOARES !!! (artigo de uma jornalista de esquerda) Clara Ferreira Alves, no Expresso Tudo o que aqui relato é verdade. Se quiserem, podem processar-me. Eis parte do enigma. Mário Soares, num dos momentos de lucidez que ainda vai tendo, veio chamar a atenção do Governo, na última semana, para a voz da rua. A lucidez, uma das suas maiores qualidades durante uma longa carreira política. A lucidez que lhe permitiu escapar à PIDE e passar um bom par de anos, num exílio dourado, em hotéis de luxo de Paris. A lucidez que lhe permitiu conduzir da forma "brilhante" que se viu o processo de descolonização. A lucidez que lhe permitiu conseguir que os Estados Unidos financiassem o PS durante os primeiros anos da Democracia. A lucidez que o fez meter o socialismo na gaveta durante a sua experiência governativa. A lucidez que lhe permitiu tratar da forma despurada amigos como Jaime Serra, Salgado Zenha, Manuel Alegre e tantos outros. A lucidez que lhe permitiu governar sem ler os "dossiers".. A lucidez que lhe permitiu não voltar a ser primeiro-ministro depois de tão fantástico desempenho no cargo. A lucidez que lhe permitiu pôr-se a jeito para ser agredido na Marinha Grande e, dessa forma, vitimizar-se aos olhos da opinião pública e vencer as eleições presidenciais. A lucidez que lhe permitiu, após a vitória nessas eleições, fundar um grupo empresarial, a Emaudio, com "testas de ferro" no comando e um conjunto de negócios obscuros que envolveram grandes magnatas internacionais. A lucidez que lhe permitiu utilizar a Emaudio para financiar a sua segunda campanha presidencial. A lucidez que lhe permitiu nomear para Governador de Macau Carlos Melancia, um dos homens da Emaudio. A lucidez que lhe permitiu passar incólume ao caso Emaudio e ao caso Aeroporto de Macau e, ao mesmo tempo, dar os primeiros passos para uma Fundação na sua fase pós-presidencial. A lucidez que lhe permitiu ler o livro de Rui Mateus, "Contos Proibidos", que contava tudo sobre a Emaudio, e ter a sorte de esse mesmo livro, depois de esgotado,

Fig. 2 - <https://jodial.blogs.sapo.pt/19557.html>. Acedido a 14 de outubro, de 2018.



Fig. 3 - <http://portadaloja.blogspot.com/2011/04/pluma-despeitosa.html>. Acedido a 14 de outubro, de 2018.

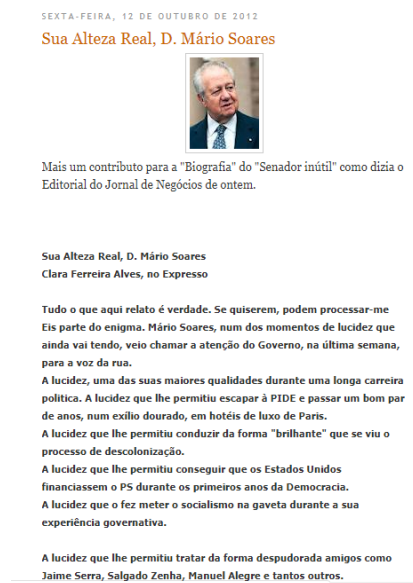


Fig. 4- <http://portugalwatcher.blogspot.com/2012/10/sua-alteza-real-d-mario-soares.html>. Acedido a 14 de outubro, de 2018.

Anexo IX

Circula na net como um vírus um texto com o título ESTE É O MAIOR FRACASSO DA DEMOCRACIA PORTUGUESA, falsamente assinado por mim e falsamente publicado no Expresso. O texto começou a circular há cerca de dois anos e apesar dos desmentidos que entretanto fiz, tanto no programa "Eixo do Mal" como numa nota nesta coluna, o texto continua a circular e continuo a receber mails tanto de admiradores (!) do texto como de leitores que acham surpreendente o ataque a um amigo meu. A essência do texto, escrito num estilo truculento e pedestre, é a difamação de Mário Soares. Não se trata de um pequeno insulto, porque o texto, além de ser fraudulento e usurpar cobardemente o meu nome e a minha assinatura, é vexatório e difamatório para um ex-primeiro-ministro e um ex-Presidente da República. Mário Soares é acusado de ter vendido a pátria e de ser o culpado de todos os vícios e crimes da democracia portuguesa.

Quando o texto apareceu, tanto Mário Soares como eu optámos por desvalorizar a sua existência. Não era, por essa altura, um texto tão multiplicado e expandido como hoje. Quem o pôs a circular teve o cuidado de o enviar para personalidades socialistas e foi um dirigente socialista que alertou o Expresso para o texto. Que eu desconhecia. Uma pessoa conseguiu também por essa altura traçar o texto num blogue de direita com o título 'Nonas', onde o texto era publicado com o meu nome. Hoje, são às centenas os blogues que o reproduzem.

Além deste texto, circula ainda outro, cujo título não recordo, também falso, em que insulto o Parlamento e chamo aos deputados e políticos "cavalgadas". É um texto de ódio e odioso, tão pedestre como o anterior, e quem estiver habituado a ler-me detetará que nunca podia escrevê-lo. Isto aconteceu também a Miguel Sousa Tavares, que há uns anos desmentiu que um texto posto a circular fosse seu. Miguel Sousa Tavares e eu sabemos que vivemos numa terra sem lei onde o bom nome das pessoas pode ser livremente insultado e usurpado sem que se possam tomar providências. Crimes impunes a que o Ministério Público não liga.

A Internet tornou-se, juntamente com a escória que usa as caixas de comentários de jornais online para vaziar o seu rancor e a sua prosa analfabeta, um território

pornográfico onde é possível matar impunemente, injuriar impunemente, vender carne humana impunemente, roubar impunemente. O algoritmo da Google transforma uma contrafação num texto fundamental de um autor, e transforma um insulto e uma falsidade numa verdade (já me aconteceu antes, com os vômitos de Vasco Pulido Valente sobre a minha pessoa). A Google arroga-se o direito de retirar da net o que quer e o que não quer e alega que só pode retirar este tipo de textos, que marcam para sempre, porque o que está na net fica na net, por ordem do tribunal. Se temos de esperar por uma ordem do tribunal podemos esperar o resto da vida. No entanto, quando se tratou de retirar do Google Images a fotografia de um chimpanzé que aparecia quando se buscava o nome de Michelle Obama, a Google cedeu. Retirou a imagem. Os protestos e pressões obrigaram a tal.

Eis como o meu nome e a minha reputação, e a de Mário Soares, estão nas mãos de criminosos e dos Pilatos da tecnologia. O que o texto pretende é desmascarar a minha infâmia, pois seria capaz de atraiçoar um amigo insultando-o daquele modo, e desmascarar a infâmia de Mário Soares, que é, segundo a prosa viral, um ladrão sem perdão.

Não me espanta que este tipo de manobras e infâmias apareça contra a área socialista. Por razões obscuras, são os socialistas em Portugal que aparecem enlameados em campanhas, rumores e insinuações. O caso Casa Pia foi disto o claro exemplo. Nada disto é inocente e o nosso sistema político escolheu lavar daí as mãos ou contribuir para prolongar a infâmia.

Este é um tempo em que prolifera o insulto anónimo e a degradação moral é a regra. O excesso e a trivialização da informação, a sua velocidade de propagação, fazem com que só a irrelevância nos preocupe e mobilize. O país, no dia em que perdeu a sua última parcela de soberania e se tornou um protetorado dos bancos e credores, discutia com ardor a escolha de um homem que passou de cidadão a candidato político e que perdeu a sua base de apoio entregando-a a um partido, o PSD. Fernando Nobre mandou fechar a página do Facebook, para não se sujeitar aos insultos. Na verdade, podemos discordar do que julgamos ser o oportunismo de Nobre mas isso não nos dá o direito de insultá-lo alarvemente. Uma sociedade que abdica dos mecanismos de vigilância da

liberdade de expressão admite tudo e perdoa tudo e as criaturas do lamaçal prosperam.
Este, sim, é um dos fracassos da democracia mediática.

(Alves in *Expresso*, *Revista Única*, 2011)